



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS
Av. Tocantins, s/nº, Centro, Tupiratins-TO, CEP 77.743-000
CNPJ nº 37.420.692/0001-37 Fone: 63 3449-1108

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024
Processo Administrativo nº 378/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TUPIRATINS-TO.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 690.371,58 (SEISCENTOS E NOVENTA MIL, TREZENTOS E SETENTA E UM REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS).

ABERTURA PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: DIA 06/03/2024 ÀS 07:30H

DATA LIMITE PARA O ENVIO DAS PROPOSTAS: DIA 26/03/2024 ÀS 07:00h

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 26/03/2024 ÀS 07:30H

SISTEMA ELETRÔNICO: BLL COMPRAS (bllcompras.com)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

DIVULGAÇÃO DO EDITAL:

PNCP: (www.gov.br/pncp)

BLL COMPRAS: (bllcompras.com)

PREFEITURA DE TUPIRATINS: (www.tupiratins.to.gov.br)

REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA (DF)



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS
Av. Tocantins, s/nº, Centro, Tupiratins-TO, CEP 77.743-000
CNPJ nº 37.420.692/0001-37 Fone: 63 3449-1108

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
8. DOS RECURSOS	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	22

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024

(Processo Administrativo nº 378/2024)

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE TUPIRATINS, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ Nº 37.420.692/0001-37, com sede à Av. Tocantins, s/nº, Centro, CEP 77.743-000, Tupiratins-TO, através da Gerência de Compras e Licitações, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, Projeto Básico e demais anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TUPIRATINS-TO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **lote único**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste edital.

2.2. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas, à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.2.1. **Os licitantes devem atentar-se à descrição dos lotes e itens na hora de anexar as propostas na plataforma BLL, visto que não necessariamente a plataforma irá seguir a mesma ordem do Projeto Básico e da Relação de lotes e Itens, sendo que, em caso de divergência, prevalecerá a ordem dos lotes e itens da plataforma BLL.**

2.3. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

2.3.1. Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação na concorrência, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil;

2.3.2. Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de

Licitações do Brasil;

2.4. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A presente licitação não será exclusiva, nem terá itens ou lotes exclusivos para a microempresas e empresas de pequeno porte, garantindo-se os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme itens abaixo.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7.1. A obtenção dos benefícios previstos Lei Complementar nº 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço

que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos.

3.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a data e horário limite para envio das propostas.

3.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.6. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até o horário limite para

o envio das propostas.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.**

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será

de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Caso existam itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes

microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Tocantins;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de

classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **03 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. **A proposta comercial deverá ser apresentada nos moldes estabelecidos pelo Município de Tupiratins, contendo:**

- A) Planilha Orçamentária,**
- B) Cronograma Físico-Financeiro;**
- C) Detalhamento do BDI.**

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no presente edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

6.2. A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.2.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.2.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as regras estabelecidas na lei e neste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela

superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, caso haja, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio admitido pela Administração.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de Tupiratins, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.5.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado no setor de engenharia da Prefeitura de Tupiratins, através dos dados de contato informados no Projeto Básico, em anexo a este edital, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.5.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.6. A verificação pelo presidente da comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.6.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 12 (doze) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do presidente da comissão de contratação.

7.6.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.7. A exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.7.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.7.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.9. Na análise dos documentos de habilitação, o agente ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado os prazos previstos neste edital.

7.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art.

165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema. Não será admitido recurso via e-mail.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.tupiratins.to.gov.br ou na Prefeitura Municipal, localizada na Av. Tocantins, s/nº, Centro, Tupiratins-TO, CEP 77.743-000.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.2.9. fraudar a licitação

9.1.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.2.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.2.12. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.2.13. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.3. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 até o subitem 9.1.2.6, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.2.8, 9.1.2.9, 9.1.2.10, 9.1.3 e 9.1.4, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 até o subitem 9.1.2.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.2.8, 9.1.2.9, 9.1.2.10, 9.1.3 e 9.1.4, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 até o subitem 9.1.2.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais

grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio

eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo próprio no sistema, ou através do seguinte e-mail: tupiratinslicitacao@gmail.com.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Todas as comunicações referentes ao processo serão feitas exclusivamente via chat no sistema eletrônico, sendo permitido, em caráter excepcional, a comunicação via e-mail, o que deverá ser informado a todos os participantes do processo.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

Av. Tocantins, s/nº, Centro, Tupiratins-TO, CEP 77.743-000

CNPJ nº 37.420.692/0001-37 Fone: 63 3449-1108

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (www.gov.br/pncp), no sítio da Prefeitura Municipal de Tupiratins (www.tupiratins.to.gov.br) e no sítio do BLL Compras (www.bll.or.br).

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – PROJETO BÁSICO

11.11.2. ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

11.11.3. ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

11.11.4. ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

11.11.5. ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO FISCAL

11.11.6. ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Tupiratins-TO, 01 de março de 2024.

FILOMENA COELHO DOS SANTOS SILVA
Prefeita Municipal de Tupiratins-TO

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

Secretaria Municipal de Planejamento e Obras

Responsável pela Elaboração do TR: Secretaria Municipal de Planejamento e Obras

Contato: (63) 3449-1249

Resumo do Objeto: ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TUPIRATINS-TO.

Natureza: Obra de engenharia.

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TUPIRATINS-TO.

Assim, pode-se entender por obra, na forma da lei, como atividade estabelecida, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel. O que se pretende contratar é, em síntese, o descrito no referido inciso. Resumidamente, a adequação de estradas vicinais, é uma obra de engenharia, pois: há transporte de material, seja insumo ou bota-fora.

Tal objeto somente pode ser constituído com a presença de um responsável técnico devidamente habilitado na área e o resultado da operação a que se destina, trará valorização do patrimônio público.

Não há de se falar de necessidade de parcelamento do referido processo, uma vez que, se trata de uma pavimentação pequena, o que inviabilizaria duas empresas trabalhando em uma mesma frente de serviço. A obra atende diretamente a disponibilidade financeira segundo as suas diversas fontes originárias e de utilização no escopo da mesma.

2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Este documento enumera os serviços previstos em projeto e discrimina os insumos (materiais, equipamentos e mão-de-obra) a serem empregados, e os métodos construtivos a serem seguidos na execução dos mesmos. Os serviços e obras serão realizados com rigorosa observância aos desenhos do projeto e aos respectivos detalhes e a estrita obediência às prescrições e exigências daquele todos, convenientemente, autenticados por ambas as partes como elementos

integrantes do Contrato e valendo como se, no mesmo Contrato, efetivamente transcritos fossem.

Em todos os serviços, deverão ser observadas, rigorosamente, as recomendações dos fabricantes dos materiais utilizados, quanto ao método executivo e às ferramentas apropriadas a empregar, bem como as exigências das normas técnicas aqui definidas.

Em caso de divergência entre esta especificação e os desenhos, prevalece o indicado neste documento.

2.1. CONVENÇÕES

Para fins desta Especificação, os termos abaixo têm os seguintes significados:

a) Contratante – Por contratante das obras define-se, na NBR5671: 1990 (NB-578/1989), como o órgão que contrata a execução de serviços e obras de construção, complementação, reforma ou ampliação de uma edificação ou conjunto de edificações.

b) Contratada – Define-se, na NBR5671: 1990 (NB-578/1989), como pessoa física ou jurídica, técnica e juridicamente habilitada escolhida pelo contratante para executar o empreendimento, de acordo com o projeto e em condições mutuamente estabelecidas, conforme Lei nº 5194, de 24.dez.1996, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo e dá outras providências.

A CONTRATADA será a empresa ou profissional contratado para a execução de serviços e obras de construção, complementação, reforma ou ampliação de uma edificação ou conjunto de edificações, conforme a definição constante da Portaria nº2296, de 23.jul.1997, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

c) Fiscalização - Indivíduo ou comissão representante do Contratante junto à Contratada, designado a verificar, de modo sistemático, o cumprimento de todas as disposições contratuais e ordens complementares, em todos os seus aspectos;

d) PMTUP – Prefeitura Municipal de Tupiratins;

e) ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

f) NBR - Norma Brasileira Registrada do SINMETRO;

g) SUDECAP – Superintendência de Desenvolvimento da Capital;

h) SINAP - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil;

i) SINMETRO - Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;

j) DIN - Normas Industriais Alemãs;

l) LEI 14133 - Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

m) DIÁRIO DE OBRA - Livro em que são registrados, diariamente, pelo CONSTRUTOR e, a cada vistoria, pela FISCALIZAÇÃO, fatos, observações e comunicações relevantes ao andamento da obra ou, quando necessário, do serviço.

n) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – Conjunto de indicações para se tratar e levar a termo um serviço técnico de Engenharia e Arquitetura, definindo e caracterizando o seu objeto, nelas incluindo-se o CADERNO DE ENCARGOS.

o) CADERNO DE ENCARGOS – Conjunto de especificações, critérios, condições e procedimentos estabelecidos pela CONTRATANTE para a contratação, execução, fiscalização e controle de obras ou serviços.

p) MATERIAIS OU EQUIPAMENTOS SIMILARES – Materiais ou equipamentos que desempenham idêntica função construtiva e apresentam as mesmas características dos especificados.

q) MEDIÇÃO – Apuração dos quantitativos e valores realizados das obras ou serviços.

2.2. NORMAS TÉCNICAS

Devem ser observadas, na execução das referidas obras e serviços, as disposições:

a) dos Códigos, Normas, Leis, Decretos, Portarias e Regulamentos aplicáveis dos órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais e das concessionárias de serviços públicos;

b) das normas da ABNT;

c) das Normas e Padronizações da SEINFRA E SINAPI;

d) da Lei Federal nº 14.133, de 01 abril 21.

2.3. PROJETO

Os licitantes receberão o PROJETO BÁSICO, possuindo o conjunto de elementos que definem a obra ou serviço. Ou ainda, o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, com a definição técnica e dimensional da solução adotada, contendo a concepção clara e precisa do sistema proposto. Bem como a indicação de todos os componentes, características e materiais a serem utilizados, que possibilitem a estimativa de seu custo final e prazo de execução, bem como sejam suficientes à contratação de que se trata.

Os desenhos e especificações de serviços integrantes de cada projeto deverão ser examinados cuidadosamente pelos licitantes, podendo ser esclarecidas as eventuais dúvidas junto ao Contratante até a data prevista para tanto no Edital.

Quando determinadas as especificações do projeto à apresentação pela Contratada de detalhes de execução para aprovação prévia da Fiscalização, os originais respectivos, tanto das pranchas quanto dos memoriais descritivos e de cálculo, deverão ser elaborados em meio eletrônico no programa AutoCad e plotados em papel sulfite branco respectivamente, e ficarão fazendo parte dos arquivos do Contratante. Os desenhos e os memoriais deverão obedecer à padronização da ABNT.

A aprovação por parte da Fiscalização ou do Contratante de detalhes elaborados pela Contratada não a exime de responsabilidade por erros ou falhas que os mesmos possam conter.

Caso haja divergência entre as especificações e os desenhos, prevalecerão aquelas; caso haja divergência entre cotas e medidas em escala, prevalecerão as cotas.

Em caso de dúvidas ou omissão do Projeto caberá à Fiscalização fixar o que julgar mais indicado, comunicando por escrito à Contratada a solução adotada.

2.4. MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS

Para as obras e serviços que forem ajustados, caberá ao CONSTRUTOR fornecer e conservar equipamento mecânico e ferramental necessário; aliciar mão-de-obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados que assegurem progresso satisfatório às obras; e adquirir materiais em quantidade necessária à conclusão das obras em prazo fixado.

Ao CONSTRUTOR caberá responsabilidade das instalações provisórias de água, luz, força e telefone; os transportes fora e dentro do canteiro das obras, incluindo o estabelecimento e manutenção dos meios de transportes verticais para atender às suas necessidades e as de outros contratantes a critério da fiscalização.

As obras e suas instalações deverão ser entregues em perfeitas condições de uso. Ficarão a cargo da Contratada todos os serviços ou materiais necessários para o funcionamento das instalações, mesmo quando não expressamente indicados nas especificações.

A Contratada retirará do canteiro da obra todos os materiais rejeitados pela fiscalização, no prazo estipulado pela mesma.

2.5. DA SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS

Os materiais especificados neste documento como referência (com indicação de modelo, marca, nome do fabricante etc.), destinam-se a definir o tipo e o padrão de qualidade requerido. Poderão ser aceitos produtos equivalentes, devendo o pedido de substituição obedecer às exigências dos itens a seguir.

Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material especificado por outro, a Contratada, em tempo hábil, apresentará por escrito, por intermédio da Fiscalização, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinantes do pedido e orçamento comparativo. O estudo e aprovação, pela Administração, dos pedidos de substituição, só poderão ser efetuados quando cumpridas as seguintes exigências:

a) Declaração da Contratada de que a substituição se fará sem ônus para o Governo;

b) Apresentação de provas, pela Contratada, da equivalência técnica do produto proposto ao especificado, compreendendo, como peça fundamental, o laudo do exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo.

2.6. DO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS

Todos os materiais utilizados na construção das obras deverão ser transportados, manuseados e armazenados com o maior cuidado possível, evitando-se choques, pancadas, quedas ou empilhamentos indevidos.

Os materiais sujeitos a danos por ação da luz, calor, umidade ou chuva deverão ser guardados em ambientes adequados à sua proteção até o momento da sua utilização.

Os materiais estocados deverão estar totalmente quantificados, de modo que a todo o momento a Fiscalização possa saber a quantidade existente na obra.

A Contratada é obrigada a apresentar à Fiscalização, antes da utilização, o prazo de validade dos materiais perecíveis.

DOS ENSAIOS E TESTES DOS MATERIAIS E INSTALAÇÕES

A retirada de amostras e o preparo de corpos de prova serão executados pela Contratada ou por pessoal técnico do laboratório selecionado, com a assistência da Fiscalização, em ocasião por esta determinada, sendo os ensaios realizados pela Contratada, através do laboratório selecionado, a critério da Fiscalização.

Os materiais deverão ser ensaiados de acordo com os índices das Normas e Métodos da ABNT ou normas estrangeiras aplicáveis, na ausência de Normas da ABNT.

Os materiais que não satisfizerem aos ensaios realizados ou que não forem aceitos pela

Fiscalização, serão definitivamente rejeitados.

Haverá particular atenção para o disposto a respeito nas seguintes normas.

2.7.1. Documentação de referência

Para melhor orientação dever-se-á observar as seguintes normas:

Norma DNIT 104/2009–ES – Serviços Preliminares.

NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção

ABNT - NBR 6118/2003 Projeto de estruturas de concreto – Procedimento.

Norma DNIT-108/2009-ES – Terraplenagem – Aterros;

Norma DNIT106/2009-ES – Terraplenagem – Cortes;

ABNT – NBR 12949:1993 Concreto betuminoso usinado a quente.

ABNT – NBR 12948 Materiais para concreto betuminoso usinado a quente.

ABNT – NBR 11170 Serviços de Pavimentação.

ABNT - NBR 6118 – Estruturas de Concreto Armado – Procedimento;

ABNT – NBR9062 – Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado;

2.8. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

A execução da obra deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas à atividade da Contratada, observadas as leis em vigor; deverão ser observados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, a utilização de produtos tóxicos ou explosivos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres, bem como a legislação referente ao impacto Ambiental.

A Contratada deverá exigir que todos os empregados usem os equipamentos de segurança (cintos, botas, luvas, óculos, máscaras etc.) e que os conservem em perfeitas condições.

Compete à Contratada tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e a noite.

A Fiscalização poderá exigir da Contratada a colocação de sinais correntes que julgar

necessários para a segurança de veículos e de pedestres.

A Administração não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais das obras e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem.

A Contratada manterá Seguro de Acidente do Trabalho, para todos os seus empregados que exerçam atividades no canteiro das obras e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com o pessoal, material, instalações ou equipamentos sob sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução das obras.

A Contratada submeter-se-á às medidas de segurança exigidas pela Administração, do local onde se realizarem as obras ou serviços objeto do Contrato.

A Contratada deverá apresentar, caso necessário, no primeiro dia de trabalho, relação do seu pessoal, em duas vias, constando nome completo e número da Carteira de Identidade de cada funcionário que venha a ter acesso a áreas controladas desta Prefeitura. Essa lista deverá ser atualizada sempre que houver modificações no efetivo da obra.

ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS E ACABAMENTOS

Os itens constantes na planilha orçamentária se encontram detalhados no memorial descritivo em anexo.

Será procedida cuidadosa verificação, por parte da FISCALIZAÇÃO, das perfeitas condições de funcionamento e segurança dos serviços contratados.

Todos os serviços devem ser realizados com os padrões de execuções da SEINFRA, SICRO, SINAPI e seguir as normativas atuais vigentes.

3. NATUREZA DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como obra de engenharia de natureza especial, eis que, por sua heterogeneidade e complexidade, não podem ser objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

4. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de **360 (Trezentos e Sessenta) dias** contados do(a) da data do empenho que é formalizada a ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. O prazo de execução é de **360 (Trezentos e Sessenta) dias.**

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A obra se justifica devido à necessidade no melhoramento da infraestrutura do trecho existente, visando a comodidade, conforto e segurança da população; proporcionando assim, melhores condições de tráfego e trânsito.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. SUBCONTRATAÇÃO

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições: com autorização do CONTRATANTE por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

6.2. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

A garantia deverá ser prestada em até 01 (um) mês, contados da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

6.3. VISTORIA

É facultativa a avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto: após a emissão da ordem de serviço;

7.1.1. Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

A Contratada apresentará, com antecedência, à Fiscalização, para aprovação, amostras dos materiais a empregar que, uma vez aprovados, farão parte do mostruário em poder da Fiscalização, para confrontação com partidas dos fornecimentos.

É expressamente vedado o uso de material improvisado em substituição ao especificado, assim como não será tolerado adaptar peças, seja por corte ou outro processo, a fim de usá-las em substituição a peças recomendadas e de dimensões adequadas.

A Fiscalização examinará todos os materiais recebidos no canteiro da obra, antes de sua utilização, e poderá impugnar o emprego daqueles que, a seu juízo, forem julgados inadequados.

7.1.2. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 5 anos (60) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do

recebimento definitivo do objeto.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

8.6. Será designado gestor do contrato para acompanhar todas as questões administrativas referentes à sua execução.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

9.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

9.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Forma de pagamento

9.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

10.2. Não serão permitidos preços unitários maiores do que os valores da planilha orçamentária base fornecida pela contratante, caso ocorra a empresa será desclassificada. O método de execução será por empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

10.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

10.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com as Fazendas Públicas Estadual, Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

10.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais – (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 69, caput, inciso I)

10.26. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

10.27. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

10.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. Justifica-se a exigência dos índices econômicos acima tendo em vista o fato de os serviços demandarem elevado investimento em infraestrutura, equipamentos e mão-de-obra especializada, razão pela qual as licitantes deverão comprovar possuir situação financeira apta a custear os serviços que irão ser futuramente contratados.

Qualificação Técnica

10.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.31.1. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico-CAT, expedida junto ao CREA/CAU, nos termos da legislação aplicável, em nome do profissional técnico indicado pela empresa licitante, como responsável pelos trabalhos a serem executados, que demonstre possuir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, por execução de obras/serviços de características semelhantes aos quantitativos desta licitação, compatíveis em características, prazos e cujos quantitativos correspondam, no **mínimo, a 50%** (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT. PLANILHA	QUANT. SOLICITADA
1.2.1.1.	Limpeza mecanizada da camada vegetal	M²	1.890,25	945,12
1.2.1.3.	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	tkm	55.800,15	27.900,07
2.1.0.1.	Escavação manual em material de 1ª categoria na profundidade de 1 a 2 m	M³	12,16	6,08

10.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.32. Registro ou inscrição da empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade;

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS
Av. Tocantins, s/nº, Centro, Tupiratins-TO, CEP 77.743-000
CNPJ nº 37.420.692/0001-37 Fone: 63 3449-1108

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 690.371,58 (seiscentos e noventa mil, trezentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos em anexo.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Tupiratins.

A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

ABERTURA DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO - 03.14.26.782.0508.1.044

ELEMENTO: 4.4.90.51

FICHA 0171

FONTE: 1.500 e 1.700

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Tupiratins-TO, 01 de março de 2024.

EDUARDO FLORENCIO DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
TUPIRATINS, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E A
EMPRESA

O **MUNICÍPIO DE TUPIRATINS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 37.420.692/0001-37, com sede nesta cidade na Av. Tocantins, s/nº, Centro, Tupiratins -TO, CEP 77.743-000, neste ato representado por, Secretaria Municipal de, decreto de nomeação nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada por (nome e função no contratado), CPF nº, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 378/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica de Licitação nº 001/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TUPIRATINS-TO.**

1.1. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Projeto Básico que embasou a contratação;
- 1.1.2. O Edital de Licitação;
- 1.1.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. Os serviços serão executados no período de **360 (Trezentos e Sessenta) Dias**, prorrogáveis de acordo com as necessidades e também em conformidade com a Lei 14.133/2021. Sendo o contrato com **vigência de 360 (Trezentos e Sessenta) Dias**, contados a partir da data do empenho, e que é formalizada a ordem de serviço.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. O objeto do contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação sem autorização do CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanções.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de **R\$..... (.....)**

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a

ordem bancária para pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.2.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

Conta bancária XX Agência XX

Banco XX

5.2.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.2.5. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da

comprovação da regularidade fiscal.

5.4.6. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.10.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da

anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou

em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto

na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 em valor correspondente a 5% (CINCO por cento) do valor contratual.

9.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 30 (trinta) dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

9.2.1. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

9.3. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída

após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

9.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.5.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

9.5.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

9.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

9.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

9.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

9.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

9.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.13. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

9.15. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as

seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**
 - (1) moratória de 1% (um por cento por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - (2) moratória de 1% (um. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - (a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - (3) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade

para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contractual.

11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ABERTURA DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO - 03.14.26.782.0508.1.044

ELEMENTO: 4.4.90.51

FICHA 0171

FONTE: 1.500 e 1.700

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)



ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

Av. Tocantins, s/nº, Centro, Tupiratins-TO, CEP 77.743-000

CNPJ nº 37.420.692/0001-37 Fone: 63 3449-1108

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Guaraí-TO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Tupiratins, de..... de 20.....

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

Concorrência Eletrônica nº/202...

Processo Administrativo nº/202...

A empresa, inscrita no CNPJ nº, sediada na rua, nº, bairro, cidade, estado, cidade, CEP:, neste ato representada por, portador do RG, inscrito no CPF nº, residente e domiciliado na rua, nº, bairro, cidade, estado, cidade, CEP:, vem apresentar **Proposta Comercial** para a participação no processo de concorrência eletrônica acima, conforme abaixo discriminado:

Item	Unid.	Qtd.	Descrição	Valor Total
1	SV.	1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TUPIRATINS-TO.	

PRAZO DE ENTREGA: Conforme Edital e Anexos.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme Edital e Anexos.

PRAZO DE GARANTIA: Conforme Edital e Anexos.

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO: Conforme Edital e Anexos.

Declaro que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

OBS.: Anexar Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Detalhamento do BDI.



ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

Av. Tocantins, s/nº, Centro, Tupiratins-TO, CEP 77.743-000

CNPJ nº 37.420.692/0001-37 Fone: 63 3449-1108

....., de de

(Assinatura)

Razão Social

Nome do Representante Legal

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Concorrência Eletrônica nº/202...

Processo Administrativo nº/202...

A empresa, inscrita no CNPJ nº,
sediada na rua, nº, bairro, cidade,
estado, cidade, CEP:, neste ato
representada por, portador do RG
....., inscrito no CPF nº, residente e
domiciliado na rua, nº, bairro, cidade,
estado, cidade, CEP:, **DECLARA**,
sob as penalidades da lei, que:

- ✓ inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ✓ está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- ✓ cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;
- ✓ não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

..... de de 202...

(Assinatura)

Razão Social

Nome do Representante Legal

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO FISCAL

Concorrência Eletrônica nº/202...

Processo Administrativo nº/202...

A empresa, inscrita no CNPJ nº, sediada na rua, nº, bairro, cidade, estado, cidade, CEP:, neste ato representada por, portador do RG, inscrito no CPF nº, residente e domiciliado na rua, nº, bairro, cidade, estado, cidade, CEP:, **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que:

✓ se enquadra como _____ (MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou EQUIPARADAS) nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, estando apta a fruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas em favor desta categoria;

✓ não se enquadra em nenhuma das excludentes previstas no § 4º do artigo 3º da mesma lei;

✓ no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, §2º da Lei 14.133/2021.

..... de de 202...

(Assinatura)

Razão Social

Nome do Representante Legal



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS
Av. Tocantins, s/nº, Centro, Tupiratins-TO, CEP 77.743-000
CNPJ nº 37.420.692/0001-37 Fone: 63 3449-1108

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência Eletrônica nº/202...

Processo Administrativo nº/202...

A empresa, inscrita no CNPJ nº, sediada na rua, nº, bairro, cidade, estado, cidade, CEP:, neste ato representada por, portador do RG, inscrito no CPF nº, residente e domiciliado na rua, nº, bairro, cidade, estado, cidade, CEP:, **DECLARA**, ter conhecimento do serviço a ser prestado através do Edital do Concorrência Eletrônica nº/202..., dispensando a necessidade da vistoria “in loco” prevista. Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes.

....., de de 202...

(Assinatura)

Razão Social

Nome do Representante Legal

Nº OPERAÇÃO
23747-2018Nº SICONV
877193-2018PROPONENTE / TOMADOR
Prefeitura Municipal de Tupiratins-TO**APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE**

Estrada vicinal / Adequação de estradas vicinais no município de Tupiratins-TO

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:

50,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):

5,00%

BDI 1**TIPO DE OBRA**

Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3,80%
Seguro e Garantia	SG	0,40%
Risco	R	0,56%
Despesas Financeiras	DF	1,11%
Lucro	L	7,30%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,50%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	21,10%
BDI COM desoneração	BDI DES	27,20%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CPRB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 50%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

Tupiratins-TO

Local

quarta-feira, 15 de abril de 2020

Data


Responsável Técnico

Nome: Fernando Moreno Duarte Júnior


CREA/CAU: CREA 150.114/D-TO CAU A155918-4

ART/RRT: TO20190218757


MEMORIAL DE CÁLCULO- ANEXO I

MUNICÍPIO	Tupiratins-TO		
OBRA	Pavimentação com Revestimento Primário		
COMP.	23817,68 m		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.	RECUPERAÇÃO DA ESTRADA VICINAL		
1.1.	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1.0.1.	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	2,5
Á. Da placa = 2,00* 1,25 =		2,50	m²
1.1.0.2.	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	13.445,36
Trechos Ponto 01 á 02 = Lateral esq. = 296,68 m Ponto 07 - 08 = Lateral esq.+Lateral direita = 549,00*2 = 1098,00 m Ponto 08 - 09 = Lateral esq.+Lateral direita = 500,00*2 = 1000,00 m Ponto 09 - 10 = Lateral esq.+Lateral direita = 269*2 = 538,00 m Ponto 17 - 18 = Lateral esq. = 200,00 m Ponto 19 - 20 = Lateral esq.+Lateral direita = 644*2 = 1288,00 m Ponto 28 - 29 = Lateral esq.+Lateral direita = 594*2 = 1188,00 m Ponto 30-31 = Lateral esq.+ Lateral direita = 557*2 = 1114,00 m Comp. Total de limpeza = 6722,68 m Á. Total de limpeza = Comp. Total* 2,00m = 13445,36 m²			
1.1.0.3.	EXECUÇÃO DO ALMOXARIFADO	m²	6,00
Á. Do almoxarifado = 2,00*3,00 =		6,00	m²
1.2.	REVESTIMENTO PRIMÁRIO		
1.2.1.	TRECHO 1-12		
1.2.1.1.	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	1.890,25
Limpeza da jazida Comp. Total dos trechos = 5166,68 m Larg. Da via = 6,00 m Vol. De escavação do trecho = Comp. Do trecho * Larg. Da via *0,10 = 3100,01 m³ Á. De limpeza = Vol. De escavação /1,64 = 1890,25 m²			
1.2.1.2.	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica	m³	3.100,01
Trechos a serem cascalhados Ponto 01 á 02 = 296,68 m Ponto 02 á 03 = 320,00 m Ponto 03 á 04 = 702,00 m Ponto 05 á 06 = 775,00 m Ponto 06 á 07 = 816,00 m Ponto 07 á 08 = 549,00 m Ponto 08 á 09 = 615,00 m Ponto 11 á 12 = 1093,00 m Comp. Total dos trechos = 5166,68 m Larg. Da via = 6,00 m Vol. De escavação dos trechos = Comp. Total dos trechos * Larg. Da via *0,10 = 3100,01 m³			
1.2.1.3.	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	txkm	55.800,15
DMT = 15,00 km Vol. Escavação dos trechos = 3100,01 m³ Peso total do solo = (1200 kg/m³ x Vol. Escavação)/1000 = 3720,01 ton Transporte =Peso total do solo* DMT = 55800,15 ton*km			
1.2.1.4.	Regularização do subleito	m²	42.100,08
Comp. Total do trecho 1-12 =296,68+320+702+597+775+816+549+615+392+861+1093= 7016,68 m Larg. Da via = 6,00 m Á. De regularização do trecho = 42100,08 m²			
1.2.1.5.	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	3.100,01
Vol. De compactação = Vol. De escavação dos trechos =		3100,01	m³
1.2.2.	TRECHO 12-29		
1.2.2.1.	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	2.188,90

MEMORIAL DE CÁLCULO- ANEXO I

MUNICÍPIO	Tupiratins-TO		
OBRA	Pavimentação com Revestimento Primário		
COMP.	23817,68 m		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
Limpeza da jazida Comp. Total dos trechos = 5983,00 m Larg. Da via = 6,00 m Vol. De escavação do trecho = Comp. Do trecho * Larg. Da via * 0,10 = 3589,80 m³ Á. De limpeza = Vol. De escavação / 1,64 = 2188,90 m²			
1.2.2.2.	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica	m³	3.589,80
Trechos a serem cascalhados Ponto 14 á 16 = 236,00 m Ponto 16 á 17 = 225,00 m Ponto 19 á 20 = 2090,00 m Ponto 21 á 22 = 385,00 m Ponto 22 á 23 = 1192,00 m Ponto 24 á 25 = 666,00 m Ponto 25 á 26 = 1189,00 m Comp. Total dos trechos = 5983,00 m Larg. Da via = 6,00 m Vol. De escavação do trecho = Comp. Dos trechos * Larg. Da via * 0,10 = 3589,80 m³			
1.2.2.3.	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	txkm	64.616,40
DMT = 15,00 km Vol. De escavação do trecho = 3589,80 m³ Peso total do solo = (1200 kg/m³ x Vol. Escavação)/1000 = 4307,76 ton Tranporte =Peso total do solo* DMT = 64616,40 ton*km			
1.2.2.4.	Regularização do subleito	m²	60.402,00
Comp. Total do trecho 12-29 = 10067,00 m =117+688+236+225+472+903+2090+495+385+2231+1189+252+190+594 = Larg. Da via = 6,00 m Á. De regularização do trecho = 60402,00 m²			
1.2.2.5.	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	3.589,80
Vol. De compactação = Vol. De escavação do trecho = 3589,80 m³			
1.2.3.	TRECHO 29-48		
1.2.3.1.	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	1.956,59
Limpeza da jazida Comp. Total dos trechos = 5348,00 m Larg. Da via = 6,00 m Vol. De escavação do trecho = Comp. Do trecho * Larg. Da via * 0,10 = 3208,80 m³ Á. De limpeza = Vol. De escavação / 1,64 = 1956,59 m²			
1.2.2.2.	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica	m³	3.208,80
Trechos a serem cascalhados Ponto 30 á 31 = 557,00 m Ponto 33 á 34 = 448,00 m Ponto 34 á 35 = 315,00 m Ponto 35 á 36 = 742,00 m Ponto 36 á 37 = 612,00 m Ponto 37 á 38 = 228,00 m Ponto 40 á 41 = 160,00 m Ponto 41 á 42 = 559,00 m Ponto 42 á 43 = 226,00 m Ponto 43 á 44 = 96,00 m Ponto 44 á 45 = 109,00 m Ponto 45 á 46 = 767,00 m Ponto 46 á 47 = 304,00 m Ponto 47 á 48 = 225,00 m Comp. Total dos trechos = 5348,00 m			

MEMORIAL DE CÁLCULO- ANEXO I

MUNICÍPIO	Tupiratins-TO		
OBRA	Pavimentação com Revestimento Primário		
COMP.	23817,68 m		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	Larg. Da via = 6,00 m Vol. De escavação dos trechos = Comp. Do trecho * Larg. Da via * 0,10 = 3208,80 m³		
1.2.3.3.	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	txkm	57.758,40
	DMT = 15,00 km Voi. Escavação dos trechos = 3208,80 m³ Peso total do solo = (1200 kg/m³ x Vol. Escavação)/1000 = 3850,56 ton Transporte -Peso total do solo* DMT = 57758,40 ton*km		
1.2.3.4.	Regularização do subleito	m²	40.404,00
	Comp. Toal do trecho 29-48 =578+557+42+464+448+315+742+612+228+183+119+160+559+226+96+109+767+304+225 = 6734,00 m Larg. Da via = 6,00 m Á. De regularização do trecho = 40404,00 m²		
1.2.3.5.	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	3.208,80
	Vol. De compactação = Vol. De escavação do trecho = 3208,80 m³		
1.3.	SINALIZAÇÃO		
1.3.0.1.	Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I e SI	un	44,00
	Quant. De placas= Quant. De suporte = 44,00 unid		
1.3.0.2.	Fornecimento e implantação de suporte metálico galvanizado	un	44,00
	Quant. Placa A-22 * 2 lados = 14,00 unid Quant. Placa A-18 * 2 lados = 16,00 unid Quant. Placa A-17 * 2 lados = 14,00 unid Quant. Total = 44,00 unid		
1.3.0.4.	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica	m³	9,60
	Vol. De uma lombada = Á. Da seção* Comp. = Vol. De uma lombada = 0,20* 6 = 1,20 m³ Vol. Total =Vol. De uma lombada * 8 unid = 9,60 m³		
1.3.0.5.	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	txkm	172,80
	DMT = 15,00 km Vol. Total = 9,60 m³ Peso total do solo = (1200 kg/m³ x Vol. Escavação)/1000 = 11,52 ton Transporte =Peso total do solo* DMT = 172,80 ton*km		
1.3.0.5.	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	9,60
	Vol. De compactação = Vol. Total = 9,60 m³		
1.4.	DRENAGEM		
1.4.0.1.	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica	m³	49,50
	Comp. Total da estrada vicinal = Comp. Trecho 1-12+ Comp. Trecho 12-27+ Comp. Trecho 27-44 = 16497,68 m Quant. De saída de água = (Comp. Total da estrda vicinal/ 500 m) * 2 lados = 66,00 unid Vol. Da saída de água = ((0,3*0,5)/2)*10 = 0,75 m³/unid Vol. Total de escav. Da saída de água = Vol. Da saída de água * Quant. De saída de água = 49,50 m³		


 Fernando Moreno Suarte Júnior
 Eng. Civil CREA 150.114/D TO Arquiteto CAU A155918-4

MEMORIAL DE CÁLCULO DOS BUEIROS ANEXO II



MUNICÍPIO Tupiratis-TO

OBRA Pavimentação com Revestimento Primário

COMP. 23817,68 m

RESUMO DA REGIÃO

BTSC 2 unid
BTDC 2 unid
ESTRADA 23,82 km

2.1. SERVIÇOS PRELIMINARES

ITEM	DESCRIÇÃO	COMP	BOCA	ESCAVAÇÃO MANUAL			REGULARIZAÇÃO E COMP		LASTRO DE CONC.			TRANSPORTE COMERCIAL		
				LARG	ALT	VOL	LARG	ÁREA	ESP	VOL	PESO	DMT	TRANSP	
1	BUEIROS SIMPLES					4,48		22,4		2,24			295,51	
	BUEIRO II - (PONTO 24)	8	2	1,4	0,2	2,24	1,4	11,2	0,1	1,12	8,28	15,89	131,57	
	BUEIRO III - (PONTO 32)	8	2	1,4	0,2	2,24	1,4	11,2	0,1	1,12	8,28	19,80	163,94	
2	BUEIROS DUPLOS					7,68		38,4		3,84			623,12	
	BUEIRO I - (PONTO 23)	8	2	2,4	0,2	3,84	2,4	19,2	0,1	1,92	15,31	15,70	240,37	
	BUEIRO IV - (PONTO 46)	8	2	2,4	0,2	3,84	2,4	19,2	0,1	1,92	15,31	25,00	382,75	
TOTAL						12,16		60,8		6,08			918,63	

Obs: DMT do transporte comercial - (Cidade de Tupiratis-TO ao ponto do bueiro)

Peso do Tubo Concreto = $((3,14 \cdot 16^2 \cdot 1,1 \cdot 1,1) / 4) - ((3,14 \cdot 16^2 \cdot 1,1) / 4) \cdot 1m \cdot 2,5t/m^3 = 0,412$ toneladas

* BSTC = $1 \cdot 0,412 = 0,41$ toneladas

* BDTSC = $2 \cdot 0,412 = 0,82$ toneladas

* Boca p/ BSTC = $2,00m^3 \cdot 2,5t/m^3 = 5$ toneladas

* Boca p/ BDTSC = $3,50m^3 \cdot 2,5t/m^3 = 8,75$ toneladas

2.2. DRENAGEM

2.2.1	Corço de BSTC D = 1,00 m PA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais														
2.2.2	Boca BSTC D = 1,00 m - esconduzida 0° - areia e brita comerciais - alas retas														
2.2.3	Corço de BDTSC D = 1,00 m PA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais														
2.2.4	Boca BDTSC D = 1,00 m - esconduzida 0° - areia e brita comerciais - alas retas														

Fernando Moreno Duarte Júnior
Eng. Civil CREA 150.114/D TO Arquiteto CAU A155918-4

MEMORIAL DE CÁLCULO DOS BUEIROS ANEXO II

2.3. TERRAPLENAGEM DO BUEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	VOLUME V1				VOL. V3		VOLUME V2				COMPACTA ÇÃO (m³)	TRANSP.
		L1	LARG	HA	HB	V1	V3=V1	LB	HA	LARG	V2		
1	BUEIROS SIMPLES					307,8	307,8				21,6	637,2	10850,24
	BUEIRO II - (PONTO 24)	10	6	1,5	1,2	153,9	153,9	1,20	1,5	6	10,8	318,6	4622,25
	BUEIRO III - (PONTO 32)	10	6	1,5	1,2	153,9	153,9	1,20	1,5	6	10,8	318,6	4622,25
2	BUEIROS DUPLOS					461,7	461,7				56,26	979,66	19273,83
	BUEIRO I - (PONTO 23)	15	6	1,5	1,2	230,85	230,85	2,5	1,5	6	28,13	489,83	6994,77
	BUEIRO IV - (PONTO 46)	15	6	1,5	1,2	230,85	230,85	2,5	1,5	6	28,13	489,83	12279,06
TOTAL						769,5	769,5				77,86	1616,86	30124,07
REGULARIZAÇÃO													

REGULARIZAÇÃO

Á. Regularização = Comp. Total * Larg. Da via = **644,40** m²

Comp. Total = $(10+10+1,2)*2$ BUEIROS + $((15+15+2,5)*2)$ BUEIROS

Larg. Da via = 6 m

ESQUAÇÕES:

$Vol = Vol \text{ Plataforma} + 2 * Vol \text{ Talude}$

$V1 = (L1 * ((HA+HB)/2) * Larg) + [2*(L1 * (HA+HB)*(HA+HB)/2)]$

$V2 = (LB * HA * Larg) + [2*(LB * (HA)*(HA/2))]$

$V3 = (L2 * ((HA+HB)/2) * Larg) + [2*(L2 * (HA+HB)*(HA+HB)/2)]$

Espalhamento = $V1 + V2 + V3$

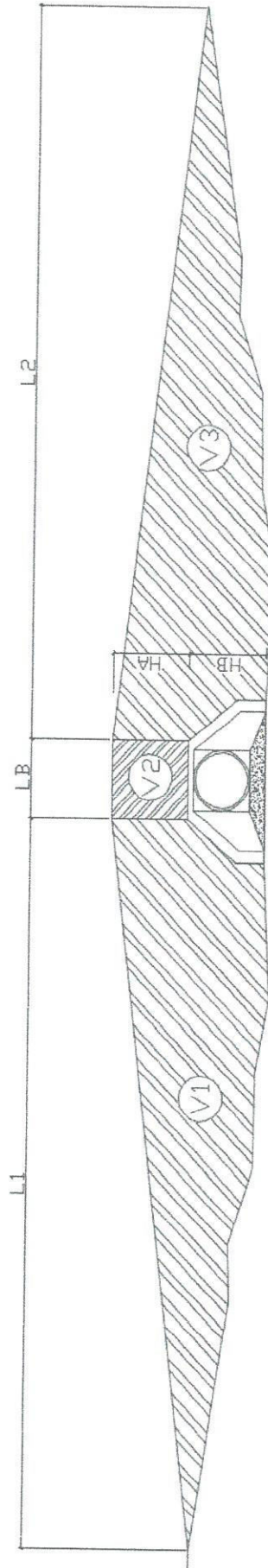
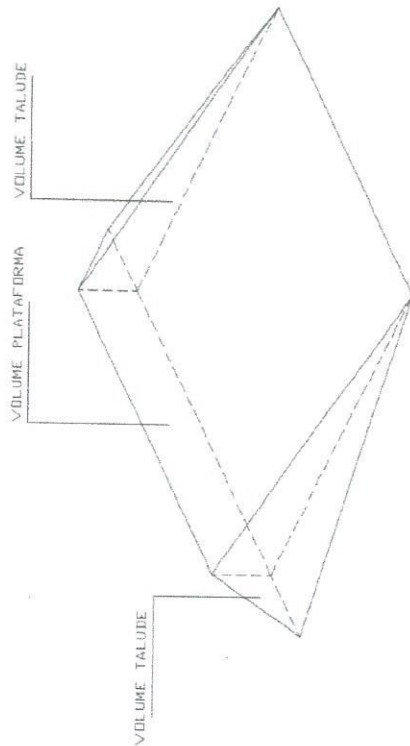
Transporte = Vol. Espalhado * DMT * 1,20 t/m³

DMT BOEIRO I = 11,9 km

DMT BOEIRO II = 12,09 km

DMT BOEIRO III = 16,29 km

DMT BOEIRO IV = 20,89 km



(Assinatura)

Fernando Morena Suarte Júnior
Eng. Civil CREA 150.114/D TO Arquiteto CAU A155918-4

APELIDO DO EMPREENDIMENTO Estrada vicinal	Nº SICONV 877193-2018	Nº OPERAÇÃO 23747-2018	PROPONENTE / TOMADOR Prefeitura Municipal de Tupiratis-TO	Nº OPERAÇÃO 23747-2018
--	--------------------------	---------------------------	--	---------------------------

					Nº	Agrupador de Eventos	FRENTES DE OBRA:		
							ETAPA 01	ETAPA 02	ETAPA 03
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo			1	2	3
Adequação de estradas vicinais no município de Tupiratis-TO						TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):	193.294,82	189.979,29	81.129,67
1.	RECUPERAÇÃO DA ESTRADA VICINAL		-						
1.1.	SERVIÇOS PRELIMINARES		-						
1.1.0.1.	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	2,50	ANEXO I	2.SE	SERVIÇOS PRELIMINARES	2,50		
1.1.0.2.	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	13.445,36	ANEXO I	2.SE	SERVIÇOS PRELIMINARES	13.445,36		
1.1.0.3.	EXECUÇÃO DO ALMOXARIFADO	m²	6,00	ANEXO I	2.SE	SERVIÇOS PRELIMINARES	6,00		
1.2.	REVESTIMENTO PRIMÁRIO		-						
1.2.1.	TRECHO 1-12		-						
1.2.1.1.	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	1.890,25	ANEXO I	4.RE	REVESTIMENTO PRIMÁRIO	1.890,25		
1.2.1.2.	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica	m³	3.100,01	ANEXO I	4.RE	REVESTIMENTO PRIMÁRIO	3.100,01		
1.2.1.3.	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	txkm	55.800,15	ANEXO I	4.RE	REVESTIMENTO PRIMÁRIO	55.800,15		
1.2.1.4.	Regularização do subleito	m²	42.100,08	ANEXO I	3.PA	PATROLAMENTO	42.100,08		
1.2.1.5.	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	3.100,01	ANEXO I	4.RE	REVESTIMENTO PRIMÁRIO		3.100,01	
1.2.2.	TRECHO 12-29		-						
1.2.2.1.	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	2.188,90	ANEXO I	4.RE	REVESTIMENTO PRIMÁRIO		2.188,90	
1.2.2.2.	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica	m³	3.589,80	ANEXO I	4.RE	REVESTIMENTO PRIMÁRIO		3.589,80	
1.2.2.3.	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	txkm	64.616,40	ANEXO I	4.RE	REVESTIMENTO PRIMÁRIO		64.616,40	
1.2.2.4.	Regularização do subleito	m²	60.402,00	ANEXO I	3.PA	PATROLAMENTO	60.402,00		
1.2.2.5.	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	3.589,80	ANEXO I	4.RE	REVESTIMENTO PRIMÁRIO			3.589,80
1.2.3.	TRECHO 29-48		-						
1.2.3.1.	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	1.956,59	ANEXO I	4.RE	REVESTIMENTO PRIMÁRIO			1.956,59
1.2.3.2.	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica	m³	3.208,80	ANEXO I	4.RE	REVESTIMENTO PRIMÁRIO			3.208,80
1.2.3.3.	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	txkm	57.758,40	ANEXO I	4.RE	REVESTIMENTO PRIMÁRIO			57.758,40
1.2.3.4.	Regularização do subleito	m²	40.404,00	ANEXO I	3.PA	PATROLAMENTO		40.404,00	
1.2.3.5.	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	3.208,80	ANEXO I	4.RE	REVESTIMENTO PRIMÁRIO			3.208,80
1.3.	SINALIZAÇÃO		-						
1.3.0.1.	Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I e SI	un	44,00	ANEXO I	5.SIN	SINALIZAÇÃO	44,00		
1.3.0.2.	Fornecimento e implantação de suporte metálico galvanizado	un	44,00	ANEXO I	5.SIN	SINALIZAÇÃO	44,00		
1.3.0.3.	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica	m³	9,60	ANEXO I	5.SIN	SINALIZAÇÃO	9,60		
1.3.0.4.	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	txkm	172,80	ANEXO I	5.SIN	SINALIZAÇÃO	172,80		
1.3.0.5.	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	9,60	ANEXO I	5.SIN	SINALIZAÇÃO	9,60		
1.4.	DRENAGEM		-						
1.4.0.1.	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica	m³	49,50	ANEXO I	6.DR	DRENAGEM		24,75	24,75
1.5.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL ESTRADA VICINAL		-						
1.5.0.1.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL ESTRADA VICINAL	UNID	1,00	composição	9.AD	ADM- ESTRADA VICINAL	0,34	0,28	0,38

Fernando Moreno
Suarte Júnior

Assinado de forma digital por
Fernando Moreno Suarte Júnior
Dados: 2020.05.25 10:51:49
-03'00'

APELIDO DO EMPREENDIMENTO
Estrada vicinal

Nº SICONV
877193-2018

Nº OPERAÇÃO
23747-2018

PROPOSITOR / TOMADOR
Prefeitura Municipal de Tupiratis-TO

Nº OPERAÇÃO
23747-2018

					Nº	Agrupador de Eventos	FRENTES DE OBRA:		
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo			ETAPA 01	ETAPA 02	ETAPA 03
Adequação de estradas vicinais no município de Tupiratis-TO							1	2	3
2.	CONSTRUÇÃO DE BUEIROS		-			TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):	193.294,82	189.979,29	81.129,67
2.1.	SERVIÇOS PRELIMINARES		-						
2.1.0.1.	Escavação manual em material de 1ª categoria na profundidade de até 2m	m³	12,16	ANEXO II	7.BU	BUEIROS	12,16		
2.1.0.2.	Regularização de valas com apiloamento do fundo	m²	60,80	ANEXO II	7.BU	BUEIROS	60,80		
2.1.0.3.	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF 08/2017	M3	6,08	ANEXO II	7.BU	BUEIROS	6,08		
2.1.0.4.	Transporte com caminhão carroceria de 9 t - rodovia em leito natural	tkm	918,63	ANEXO II	7.BU	BUEIROS	918,63		
2.2.	DRENAGEM		-						
2.2.0.1.	Corpo de BSTC D = 1,00 m CA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	16,00	ANEXO II	7.BU	BUEIROS		16,00	
2.2.0.2.	Boca BSTC D = 1,00 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas	un	4,00	ANEXO II	7.BU	BUEIROS		4,00	
2.2.0.3.	Corpo de BDTC D = 1,00 m CA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	16,00	ANEXO II	7.BU	BUEIROS		16,00	
2.2.0.4.	Boca BDTC D = 1,00 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas	un	4,00	ANEXO II	7.BU	BUEIROS		4,00	
2.3.	TERRAPLENAGEM DO BUEIRO		-						
2.3.0.1.	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica	m³	1.616,86	ANEXO II	7.BU	BUEIROS		1.616,86	
2.3.0.2.	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	txkm	30.124,07	ANEXO II	7.BU	BUEIROS		30.124,07	
2.3.0.3.	Regularização do subleito	m²	644,40	ANEXO II	7.BU	BUEIROS		644,40	
2.3.0.4.	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	1.616,86	ANEXO II	7.BU	BUEIROS		1.616,86	
2.4.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL EXECUÇÃO DOS BUEIROS		-						
2.4.0.1.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL EXECUÇÃO DOS BUEIROS	UNID	1,00	composição	8.AD	ADM- BUEIROS	0,06	0,94	

Tupiratis-TO
Local

quarta-feira, 15 de abril de 2020
Data

Fernando Moreno
Suarte Júnior

Responsável Técnico

Nome: Fernando Moreno Suarte Júnior
CREA/CAU: CREA 150.114/D-TO CAU A155918-4
ART/RRT: TO20190218757

Assinado de forma digital por
Fernando Moreno Suarte Júnior
Dados: 2020.05.25 10:51:32 -03'00'

AGRUPADORES DE EVENTOS

1. Selecione abaixo a forma de definição dos agrupadores de eventos:

Definir Manualmente

Nº do Evento	Título do Evento	Valor Total dos Eventos (R\$)
1	Administração Local	-
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	10.088,82
3	PATROLAMENTO	140.047,96
4	REVESTIMENTO PRIMÁRIO	185.806,53
5	SINALIZAÇÃO	25.208,81
6	DRENAGEM	68,81
7	BUEIROS	81.275,45
8	ADM- BUEIROS	4.130,95
9	ADM- ESTRADA VICINAL	17.776,45

Fernando
Moreno Suarte
Júnior

Assinado de forma digital
por Fernando Moreno
Suarte Júnior
Dados: 2020.05.25
10:52:13 -03'00'

CRONOGRAMA PREVISTO PLE

1. Digite nas células em amarelo o número do período em que os eventos serão concluídos:

VOLTAR

ATUALIZAR LINHAS

Nº do Evento	Título dos Eventos
1	Administração Local
F 2	SERVIÇOS PRELIMINARES
F 3	PATROLAMENTO
F 4	REVESTIMENTO PRIMÁRIO
F 5	SINALIZAÇÃO
F 6	DRENAGEM
F 7	BUEIROS
F 8	ADM- BUEIROS
F 9	ADM- ESTRADA VICINAL

ETAPA 01	ETAPA 02	ETAPA 03										
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Informe abaixo o NÚMERO DO PERÍODO												
A administração local será proporcional a execução dos demais eventos, independentemente												
1												
2	3											
1	1	3										
3												
	1	2										
1	2											
1	2											
1	2	3										

Fernando
Moreno
Suarte
Júnior

Assinado de
forma digital por
Fernando Moreno
Suarte Júnior
Dados: 2020.05.08
18:18:25 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: Estrada Vicinal (Recuperação da estrada vicinal com Revestimento Primário)
MUNICÍPIO: Tupiratins-TO
EXTENÇÃO: 23.817,68 m

1. INTRODUÇÃO

A especificação técnica visa fornecer elementos e subsídios que possibilitem viabilizar a recuperação de 23.817,68 m de estradas vicinais, construção de 2 bueiros simples tubular de concreto e 2 bueiros duplo tubular de concreto localizados no município de Tupiratins - TO, a serem executados em conformidade com essa metodologia.

- Para fins desta Especificação os termos abaixo têm os seguintes significados:

- a) Contratante - autoridade responsável pela contratação dos serviços;
- b) Contratada - pessoa física ou jurídica responsável pela execução dos serviços;
- c) Fiscalização - indivíduo ou comissão representante do Contratante junto à Contratada, designado(a) para verificar, de modo sistemático, o cumprimento de todas as disposições contratuais e ordens complementares, em todos os seus aspectos;
- d) ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- e) NBR - Norma Brasileira Registrada do SINMETRO;
- f) SINMETRO - Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;
- g) DIN - Normas Industriais Alemãs;
- h) LEI 8666 - Lei nº 8666, de 21 de Junho de 1993, da Presidência da República.

APRESENTAÇÃO DA VIA A SER PAVIMENTADA

A proposta para via foi a regularização e construção da camada de base sem revestimento, sendo definida como via pavimentada com Revestimento Primário, com camada única de espessura de 10cm nos trechos conforme destacados no memorial de cálculo, aumentando a capacidade de suporte do solo, consequentemente aumentando a vida útil e evitando altos investimento com manutenções periódicas.

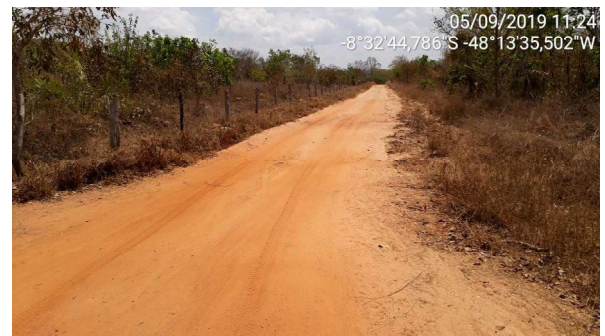
O trecho apresenta trechos com solo com presença de silte arenoso pontuais, sendo os demais solos de boa qualidade, sendo utilizado a espessura mínima de 10cm nos trechos destacados conforme memorial de cálculo.

Segue abaixo imagem do trecho.





PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS



1.1 VISITA PRÉVIA

É obrigatória a visita ao local da obra/serviço por parte dos licitantes, antes da apresentação de suas propostas. Todas as condições locais deverão, então, ser adequadamente observadas, devendo ainda ser pesquisados e levantados todos os elementos, quantitativos, etc. que possam ter influência no desenvolvimento dos trabalhos, de modo que não serão atendidas solicitações durante os serviços sob o argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho ou de dados do projeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

1.2 MEDIÇÃO

Os serviços aceitos e medidos só são atestados como parcela adimplente, para efeito de pagamento, se juntamente com a medição de referência, estiver apenso o relatório com os resultados dos controles e de aceitação.

1.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A pessoa física ou jurídica contratada para a execução de obras e serviços de Engenharia estará obrigada a:

a) executar, com perfeição e segurança, todos os serviços descritos, indicados ou mencionados no Caderno de Encargos e nos desenhos que compõem o Projeto, fornecendo todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, sendo responsável pela existência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, mesmo após o recebimento da obra, obrigando-se a repará-lo de imediato;

b) comunicar, por escrito, ao Contratante quaisquer erros ou incoerências verificadas no projeto, não sendo, a eventual existência de falhas, razão para execução incorreta de serviços de qualquer natureza;

c) empregar profissionais devidamente habilitados na execução dos serviços, sendo-lhe vedado subempreitar totalmente os serviços especializados, uma vez comprovada a idoneidade técnica do subempreiteiro, a critério da Fiscalização junto ao Órgão Central do Sistema de Engenharia;

d) submeter à aprovação do Contratante o nome do profissional responsável pela execução da obra, que deverá dar assistência diária à mesma, combinando um horário comum de permanência no canteiro com a Fiscalização;

e) excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que a Fiscalização, no interesse da obra, julgue incompetente ou inadequado à consecução dos serviços, sem que se justifique, nesta situação, atraso no cumprimento dos prazos contratuais;

f) dar livre acesso a todas as partes do canteiro, sem exceção, à Fiscalização, mantendo em perfeitas condições, a critério desta, escadas, elevadores, andaimes e outros dispositivos necessários à vistoria da obra;

g) fornecer e manter no canteiro o Diário da Obra, conforme modelo aprovado, tomando conhecimento, através dele, das observações e interpelações da Fiscalização e nele registrando, obrigatoriamente, as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos serviços, as falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência, as consultas à Fiscalização, as datas de conclusão das etapas caracterizadas de acordo com o cronograma da obra, os acidentes de trabalho, as respostas às interpelações da Fiscalização e a eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução dos serviços em tempo hábil;

h) cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho;

i) efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham incidir sobre a execução das obras e serviços;

j) responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros provenientes da execução da obra;

k) apresentar, com antecedência, à Fiscalização, amostras dos materiais a utilizar que, uma vez aprovadas, passarão a fazer parte do mostruário oficial da obra para fins de confrontação com partidas de fornecimento;

l) retirar do canteiro da obra os materiais não especificados ou rejeitados pela Fiscalização;

m) transportar para local do canteiro da obra indicado pela Fiscalização os materiais aproveitáveis proveniente de demolições que pertencerão, a menos que indicado em contrário, ao Contratante e dele retirar os materiais inservíveis, às suas expensas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

n) utilizar modernos e eficientes equipamentos e ferramentas necessárias à boa execução dos serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros;

o) encaminhar ao Contratante cronogramas, quadros demonstrativos de produção, análise de materiais, corpos de prova e outros elementos informativos relativos aos serviços contratados;

p) fornecer cópias do resultado de ensaios ou testes de materiais ou serviços a seu cargo à Fiscalização, sendo que a retirada de amostras e o preparo de corpos de prova serão executados com assistência da Fiscalização, cabendo a esta aprovar previamente o laboratório onde serão realizados os ensaios e testes;

q) transportar, manusear e armazenar com o maior cuidado possível, evitando-se choques, pancadas ou quebras, os vários materiais a empregar na obra, sendo que aqueles sujeitos a danos por ação da luz, calor, umidade ou chuva deverão ser guardados em ambiente adequados à sua proteção, até o momento de sua utilização;

Antes de iniciar a obra o contratado deverá instalar a placa de obra com dimensão 2,50m x 1,00m, em chapa metálica de aço galvanizado fixado em estrutura de madeira, mantendo conservada pelo tempo de execução da obra. Deverá instalar o barracão de obra para depósito e almoxarifado. O engenheiro responsável pela execução deverá acompanhar todos os serviços necessários para conclusão da obra.

1.4 DOS MATERIAIS A EMPREGAR

A não ser quando especificado em contrário, os materiais a serem empregados nos serviços serão todos de primeira qualidade e de acordo com as especificações da ABNT.

A Fiscalização examinará todos os materiais recebidos no canteiro da obra antes de sua utilização e poderá impugnar o emprego daqueles que, a seu juízo, forem julgados inadequados. Neste caso, em presença do responsável pela execução da obra, serão retiradas amostras para a realização de ensaios de caracterização das qualidades dos materiais.

1.5 DA SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS

Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material especificado por outro, a Contratada, em tempo hábil, apresentará, por escrito à Fiscalização, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinantes do pedido e orçamento comparativo, sendo que sua aprovação só poderá efetivar-se quando a Contratada:

a) Firmar declaração de que a substituição se fará sem ônus para o Contratante; e

b) Apresentar provas de equivalência técnica do produto proposto em substituição ao especificado, compreendendo, como peça fundamental, o laudo de exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo, a critério do Contratante.

1.6 DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

A execução da obra deverá ser realizada com a adoção de todas medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas às atividades da Contratada, observadas as leis em vigor; deverão ser observados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres.

Se for necessário durante as obras o emprego de explosivos, a Fiscalização deverá ser antecipadamente notificada e deverá opinar por escrito sobre as medidas de segurança propostas pela Contratada à guarda e emprego do referido material.

Compete à Contratada tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e à noite.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

A Fiscalização poderá exigir da Contratada a colocação de sinais correntes que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres.

O Contratante não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais da obra e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem.

A Contratada manterá Seguro de Acidentes do Trabalhador para todos os seus empregados que exerçam atividades no canteiro de obra e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com o pessoal, material, instalações e equipamentos sob a sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços.

A Contratada submeter-se-á às medidas de segurança exigidas pela Unidade Militar do local onde se realizarem os serviços.

1.7 ENTREGA DA OBRA

As obras deverão ser entregues em perfeitas condições de acabamento e de funcionamento. Todas as instalações provisórias deverão ser desmontadas e retiradas do local ao término dos serviços, quando convier ao Contratante.

Todo entulho e restos de materiais deverão ser retirados do local da obra, às expensas da Contratada.

2. PROJETOS EXECUTIVOS

Devido já existir a estrada, o serviço contratado será apenas de recuperação e limpeza das laterais, não sendo necessário perfil do terreno, pois os serviços pavimentação respeitará o greide existente. Os serviços de terraplanagem deverão respeitar a situação (anexa) em cada Projeto, realizando os serviços nas estradas demarcadas.

O Projeto de Engenharia tem por objetivo conceber uma estrutura destinada, econômica e simultaneamente, em seu conjunto a melhorar as condições de rolamento quanto à comodidade e segurança;

Para dimensionamento dos Bueiros foi estudado a região e as bacias hidrográficas, porém não há clareza no estudo das cartas sobre características de toda bacia, de forma que foi adotado o critério de Righetto (1998) em seu livro “Hidrologia e Recursos Hídricos”, onde o deflúvio, escoamento superficial, pode ter particularidades de acordo com pontos específicos da bacia, como superfície, solo, lençol freático, rocha, índices pluviométricos e declividade. Na região onde foi proposto o projeto existe particularidades que se encaixam nestas descrições do autor, onde o mesmo sugere métodos empíricos para esta análise. Neste caso foi arbitrado por métodos empíricos diâmetros maiores que o determinado nas equações, visto que existe bueiros que apresentaram problemas de escoamento na via de estudo na mesma região. Desta forma, por critério de segurança embasado nos bueiros existentes, foi determinado a utilização de bueiros com diâmetros adequados para região. Sendo necessários ser Simples e Duplo, ambos com o diâmetro de tubos. Foi decisão do projetista utilizar diâmetro mínimo de 100cm, visto a facilidade de execução das formas (evitando mobilização de formas) e padronização dos procedimentos.

3. TERRAPLANAGEM DESMATAMENTO

O desmatamento corresponde a limpeza lateral da pista de rolamento, onde, deverá ser feito nos trechos destacados em planilha. Nenhum movimento de terra poderá ter início enquanto as operações de desmatamento e limpeza não tenham sido totalmente concluídas. A verificação das operações de desmatamento, e limpeza serão por apreciação visual da qualidade dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

Os Serviços serão aceitos desde que atendam às exigências preconizadas nesta especificação e rejeitados caso contrário. Os serviços rejeitados deverão ser corrigidos, complementados ou refeitos.

Para a execução desses serviços deverão ser seguidas e sempre prevalecerão às especificações para as obras rodoviárias do Estado. Em casos de omissão e dúvidas deverão ser seguidos os métodos do DNIT e ABNT.

GENERALIDADES

Os serviços de regularização dos perfis longitudinal e transversal das vias deverão ser executados seguindo o padrão do arruamento existente; evitando assim grandes movimentos de terra ou serviços complementares, cortes, aterros, empréstimos, etc. Neste programa, a operação de terraplenagem se limitará em pequenos cortes para regularização e preparo da operação de estabilização do subleito que por definição será a camada superior desta superfície acabada;

O controle das referidas operações será feito por apreciação visual da qualidade dos serviços e/ou a critério da fiscalização. O material excedente da operação de terraplenagem, definido pelo projeto geométrico, deverá ser depositado em locais (bota-foras) que não provoquem transtorno no perímetro urbano e nem impactos ambientais.

Os serviços de drenagem deverão ser feitos com a escavação mecânica laterais a pista de rolamento, “bigodes”, destinando o escoamento do fluxo de água da pista de rolamento.

No caso de aterros do corpo dos bueiros, todas as camadas do solo deverão ser convenientemente compactadas. Para o corpo dos aterros, na umidade ótima, mais ou menos 3%, até se obter a massa específica aparente seca correspondente a 95% da massa específica aparente máxima seca, do ensaio DNER-ME 92 ou DNER-ME 37. Para as camadas finais aquela massa específica aparente seca deve corresponder a 100% da massa específica aparente máxima seca, do referido ensaio. Os trechos que não atingirem as condições mínimas de compactação deverão ser escarificados, homogeneizados, levados à umidade adequada e novamente compactados, de acordo com a massa específica aparente seca exigida

EQUIPAMENTOS

Serão utilizados os seguintes equipamentos:

- Trator de esteira;
- Escavadeira hidráulica;
- Caminhão basculante;
- Motoniveladora;
- Carro tanque distribuidor de água;
- Trator de pneus;
- Rolo compactador.

CONTROLE DE MATERIAL

01 ensaio de compactação, segundo o método DNER-ME 129 para cada 1.000m³ de material do corpo do aterro;

01 ensaio de compactação, segundo o método DNER-ME 129 para cada 200m³ de material de camada final do aterro;

01 ensaio de granulometria (DNER-ME 080) do limite de liquidez (DNER-ME 122) e do limite de plasticidade (DNER-ME 082) para o corpo do aterro, para todo o grupo de dez amostras submetidas ao ensaio de compactação, segundo a alínea **a**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

01 ensaio para granulometria (DNER-ME 080) do limite de liquidez (DNER-ME 122) e do limite de plasticidade (DNER-ME 082) para camadas finais do aterro, para todo o grupo de quatro amostras submetidas ao ensaio de compactação, segundo a alínea b.

01 ensaio do Índice de Suporte Califórnia, com energia do Método DNER-ME 49 para camada final, para cada grupo de quatro amostras submetidas a ensaios de compactação, segundo a alínea b.

Ensaio de massa específica aparente seca "**in situ**" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, distribuídos regularmente ao longo do segmento, pelo método DNER-ME 092 e DNER-ME 093. Para pistas de extensões limitadas, com volume de no máximo 1.200m³ no corpo do aterro, ou 800m³ para as camadas finais deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

As determinações do grau de compactação GC serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca de laboratório e da massa específica aparente "**in situ**" obtida no campo. Deverão ser obedecidos os limites seguintes:

Corpo do aterro - GC = 95%;

Camadas finais - GC = 100%.

REJEIÇÃO DE MATERIAL

A expansão, determinada no ensaio de ISC, deverá sempre apresentar o seguinte resultado:

Corpo do aterro: ISC = 2% e expansão = 4%;

Camadas finais : ISC = 2% e expansão = 2%.

SINALIZAÇÃO

Foi proposto sinalização vertical com postes metálicos, placas metálicas com pinturas retrofletivas, seguindo as diretrizes do Manual do CONATRAN.

Deverá ser construídos lombadas de solo granular, devidamente compactada e sinalizada, com intuito de diminuir a velocidade e manter a segurança da via.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

O volume transportado para os aterros deve ser objeto de medição, por ocasião da execução dos cortes e dos empréstimos.

A compactação será medida em m³, sendo considerado o volume de aterro executado de acordo com a seção transversal do projeto.

O equipamento, a mão de obra, o material e o transporte, bem como as despesas indiretas não serão objeto de medição, apenas considerados por ocasião da composição dos preços dos serviços

5. BUEIROS TUBULAR

GENERALIDADES

O bueiro tubular está descrito em projeto, sendo utilizado bueiro simples e duplo de 100cm. O bueiro e suas estruturas complementares serão de concreto estrutural, construídos para poder escoar a água.

Pelo estado que se encontra a via, com a implantação de bueiro insuficiente e aterrado, gera problemas de drenagem, gerando erosões, danificando a pavimentação da via e o fluxo de água na faixa de rolamento dificulta o trânsito. Para isso é necessário a construções dessa obra de arte.

Todo bueiro tubular será construído em estrutura de concreto pré-moldado, oferecendo a resistência necessária à segurança referente à obra de arte. Os bueiros e suas entrada/saídas de água foram dimensionados para drenar toda água pluvial ou de pequenos mananciais existentes, com a declividade necessária para o escoamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

SERVIÇOS PRELIMINARES

Será feita escavação manual com profundidade de 20cm de profundidade, a largura da escavação varia de acordo o diâmetro do tubo. Essa escavação será feita no sentido transversal da via, sendo compactada manualmente para lançamento do concreto (de acordo projeto).

O concreto estrutural será feito com 10cm de espessura com largura de acordo o projeto, adensado corretamente. Sua finalidade de apoiar os tubos pré-moldados no fundo de valas.

TUBOS DE CONCRETO

Todos os tubos de concreto armado serão do tipo ponta e bolsa. Deverão ser executados de conformidade com as normas e especificações técnicas vigente no país (NBR 6118/82, NBR 7481/82, etc.) e ter resistência à compressão diametral de acordo com as EB-6 e EB-103, conforme Lei nº 4150 de 21/11/62, que são parte integrante das presentes especificações. O critério da fiscalização poderá ser aceitos tubos do tipo macho e fêmea, mas para o seu assentamento, será exigido o emprego de macaco TIFOR para permitir melhor junção entre os mesmos.

Na fabricação dos tubos de concreto armado deverá ser empregado concreto cuja resistência aos 28 dias seja igual a 30,0 Mpa (F_{ck} 28 dias = 30,0 Mpa), e para a armadura, serão utilizadas telas de aço CA-60. A tela para armadura simples deve ser posicionada próxima ao centro da espessura da parede, a uma distância correspondente a 42% dessa espessura a partir da face interna, e com as pontas justapondo-se em 35 cm.

As designações das telas de aço CA-60 soldadas, a serem empregadas na fabricação dos tubos, estão relacionadas no quadro a seguir, em que são apresentadas por diâmetro e por classe dos tubos. Neste quadro há também a indicação da espessura da parede que o tubo precisa ter para atingir a classe pretendida. O concreto das bocas de entrada/saída de água será usado o concreto com f_{ck} de 20 Mpa e com dosagem de (1:2:3), preparado em betoneira.

ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DOS TUBOS

- a- A contratada, antes de transportar os tubos para obra, deve selecioná-los, retirando do lote todos os tubos que apresentarem defeitos aparentes. Para serem aceitos, os tubos devem estar isentos de fraturas, fissuras largas ou profundas, de asperezas interna e de excentricidade. Para serem transportados, os tubos devem estar devidamente curados.
- b- O assentamento de tubos só poderá ter início após o exame pelo engenheiro fiscal dos tubos para testes, com os devidos registros e autorização por escrito no diário da obra.
- c- A junta interna entre dois tubos (a ponta e a bolsa) não poderá ser superior à 5mm e os tubos deverão ser rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:4. As juntas na parte interna serão rejuntadas cuidadosamente, alisando-se a argamassa de modo a se evitar, tanto quanto possível, rebarbas e rugosidades que possam alterar o regime de escoamento das águas, sendo que, para tubos de diâmetros igual ou superior à 800mm o rejuntamento interno deverá ser em toda sua seção circular. Na parte externa, além de tomadas às juntas, serão as bolsas completadas por um colar de seção triangular isósceles, da mesma argamassa. Não poderão ser assentados tubos trincados ou danificados durante a descida na vala, ou que apresentarem quaisquer defeitos construtivos que tiveram passado despercebidos pela inspeção da fiscalização.
- d- Após o assentamento dos tubos a fiscalização deverá conferir o seu alinhamento e verificar se as juntas não apresentam espaçamento superior à 5mm. Para esta conferência deverá ser medido o comprimento de trecho e verificação o número de tubos assentados. Do comprimento medido subtrai-se a soma dos comprimentos dos tubos e o novo resultado será o espaçamento médio de cada junta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

- e- Nas redes executadas com tubos de diâmetro igual ou maior do que 800mm a fiscalização deverá conferir também o rejuntamento interno dos tubos.

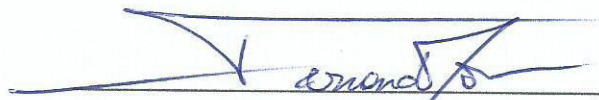
ATERRO DE BUEIROS

A escavação da jazida será feita escavadeira hidráulica e transportado através de caminhão basculante. Será feito o aterro com comprimentos iniciais e finais de acordo projeto, a altura de aterro será um metro acima da parte superior do bueiro. Após aterrado a pista de rolamento será compactada e regularizada.

6. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

O material e equipamentos utilizados na execução das obras serão desmobilizados no final da obra, sendo o local devidamente livre e desobstruído de materiais inservíveis bem como pontas de tábuas madeira, sacos vazios de cimento etc.

Tupiratins – TO, 04 de outubro de 2019.



FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR
Engenheiro Civil – CREA 150.114/D TO Arquiteto e Urbanista – CAU A155918-4 TO

DIMENSIONAMENTO

Para o cálculo das vazões das bacias, foi utilizado o método racional com adoção dos coeficientes utilizando o softwares FLUVIO. Onde os dados para calculo são:

Determinação da intensidade de chuva

EQUAÇÃO

$$i = \frac{KT^a}{(t+b)^c}$$

Onde:

i = intensidade média máxima de precipitação, em mm/h;

T = período de retorno, em anos;

t = tempo de duração da precipitação em min.;

K, a, b e c = são parâmetros regionais.;

OBRAS	TR ADOTADO	FUNCIONAMENTO
Drenagem profunda e subsuperficial	10 anos	
Dispositivos de drenagem superficial	5 anos	Canal
Bueiros tubulares e Celulares	15 anos	Canal
Verificação de Bueiros tubulares e Celulares	25 anos	Orifício
Ponte, pontilhão	50 a 100 anos	Canal

Fonte: DNIT

* Os parâmetros regionais foram obtidos através do software FLUVIO

LOCALIZAÇÃO:

Localidade: Tupiratins

Estado: Tocantins

Latitude: 08°23'38"

Longitude: 48°06'56"

PARÂMETROS DA EQUAÇÃO:

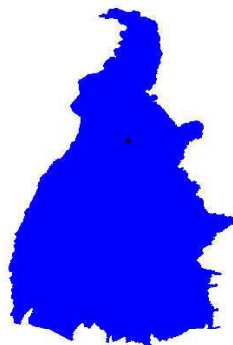
K: 2300,090

a: 0,155

b: 31,686

c: 0,869

MAPA DE LOCALIZAÇÃO:



i =	97,36
k =	2300,09
T =	15
a =	0,155
t =	30
b =	31,686
c =	0,869

$$i = (K*(T^a))/(t+b)^c$$

$$i = 97,36 \text{ mm/h}$$

Equação da vazão pelo Método Racional

$$Q = 0,28 * C * I * A$$

Onde:

Q = vazão (m³/s);

C = coeficiente de escoamento;

I = intensidade média máxima de precipitação (mm/h);

A = área de Contribuição (km²);

* O coeficiente de escoamento foi determinado através da seguinte tabela

Declividade (%)	Solo Arenoso	Solo Franco	Solo Argiloso
Florestas			
0 - 5	0,10	0,30	0,40
5 - 10	0,25	0,35	0,50
10 - 30	0,30	0,50	0,60
Pastagens			
0 - 5	0,10	0,30	0,40
5 - 10	0,15	0,35	0,55
10 - 30	0,20	0,40	0,60
Terras cultivadas			
0 - 5	0,30	0,50	0,60
5 - 10	0,40	0,60	0,70
10 - 30	0,50	0,70	0,80

* O diâmetro dos bueiros foi determinado através da seguinte tabela

TIPO	DIÂMETRO (m)	ÁREA MOLHADA CRÍTICA (m²)	VAZÃO CRÍTICA (m³/s)	VELOCIDADE CRÍTICA (m/s)	DECLIVIDADE CRÍTICA (%)
BSTC	0,60	0,22	0,43	1,98	0,88
BSTC	0,80	0,39	0,88	2,29	0,80
BSTC	1,00	0,60	1,53	2,56	0,74
BSTC	1,20	0,87	2,42	2,80	0,70
BSTC	1,50	1,35	4,22	3,14	0,65
BDTC	1,00	1,20	3,07	2,56	0,74
BDTC	1,20	1,73	4,84	2,80	0,70
BDTC	1,50	2,71	8,45	3,14	0,65
BTTC	1,00	1,81	4,60	2,56	0,74
BTTC	1,20	2,60	7,26	2,80	0,70
BTTC	1,50	4,06	12,67	3,14	0,65

Fonte: DNIT

DIMENSIONAMENTO DE BUEIROS MÉTODO RACIONAL

Intensidade de Chuva

Intensidade de Chuva = 97,36 mm/h

Vazões Críticas

BTSC Ø 100mm = 1,53 m³/s

BTDC Ø 100mm = 3,07 m³/s

BTTC Ø 100mm = 4,60 m³/s

PONTO BUEIRO 04

LOCALIZAÇÃO			DECLIVIDADE				Coef.	Área	Vazão	Tipo do
LAT	LONG	DIST. (km)	Cota Jus.	Cota Mont.	Ext. (m)	Decliv.	Deflúvio	(km²)	(m³/s)	Bueiro
9054546	805410	29,02	218	193	912	2,74%	0,3	0,33	2,699	BTDC Ø 100mm

PONTO BUEIRO 03

LOCALIZAÇÃO			DECLIVIDADE				Coef.	Área	Vazão	Tipo do
LAT	LONG	DIST. (km)	Cota Jus.	Cota Mont.	Ext. (m)	Decliv.	Deflúvio	(km²)	(m³/s)	Bueiro
808371	9057522	20,02	254	252	260	0,77%	0,3	0,1	0,818	BTSC Ø 100mm

PONTO BUEIRO 02

LOCALIZAÇÃO			DECLIVIDADE				Coef.	Área	Vazão	Tipo do
LAT	LONG	DIST. (km)	Cota Jus.	Cota Mont.	Ext. (m)	Decliv.	Deflúvio	(km²)	(m³/s)	Bueiro
9060642	809829	15,6	270	259	474	2,32%	0,3	0,17	1,390	BTSC Ø 100mm

PONTO BUEIRO 01

LOCALIZAÇÃO			DECLIVIDADE				Coef.	Área	Vazão	Tipo do
LAT	LONG	DIST. (km)	Cota Jus.	Cota Mont.	Ext. (m)	Decliv.	Deflúvio	(km²)	(m³/s)	Bueiro
9061030	809867	15,2	270	253	671	2,53%	0,3	0,29	2,372	BTDC Ø 100mm

PONTO BUEIRO 04

LAT	LONG	Área (km²)
9054546	805410	0,33
COT. JUS.	COTA MONT.	EXTENSÃO
218	193	912

Obs.: Imagem sem escala e perspectivada
Característica: Solo franco área de pastagem

Perfil:

**PONTO BUEIRO 03**

LAT	LONG	Área (km²)
808371	9057522	0,1
COT. JUS.	COTA MONT.	EXTENSÃO
254	252	260

Obs.: Imagem sem escala e perspectivada
Característica: Solo franco área de pastagem

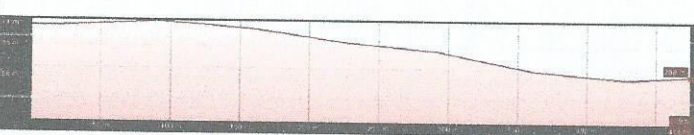
Perfil:

**PONTO BUEIRO 02**

LAT	LONG	Área (km²)
9060642	809829	0,17
COT. JUS.	COTA MONT.	EXTENSÃO
270	259	474

Obs.: Imagem sem escala e perspectivada
Característica: Solo franco área de pastagem

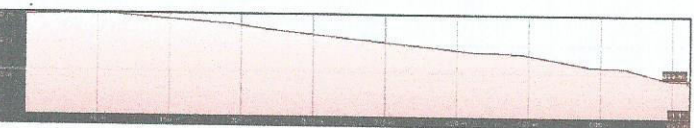
Perfil:

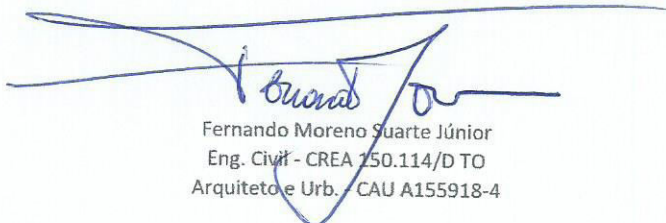
**PONTO BUEIRO 01**

LAT	LONG	Área (km²)
9061030	809867	0,29
COT. JUS.	COTA MONT.	EXTENSÃO
270	253	671

Obs.: Imagem sem escala e perspectivada
Característica: Solo franco area de pastagem

Perfil:




Fernando Moreno Duarte Júnior
Eng. Civil - CREA 150.114/D TO
Arquiteto e Urb. - CAU A155918-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DO PLANO DIRETOR

A Prefeitura Municipal de Tupiratins - TO, através de seu representante legal, Sr. **Weltman Ayres Veloso** (Prefeito Municipal), declara que o município não possui Plano Diretor e Plano Municipal de Saneamento, projeto referente à **Adequação de Estradas Vicinais no Município**, vinculado ao **Processo: 23747/2018 e Convênio: 877193/2018**, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Caixa Econômica Federal.

Atenciosamente,

Tupiratins – TO, 06 de abril de 2020.



WELTMAN AYRES VELOSO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

DECLARAÇÃO APROVAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE

A Prefeitura Municipal de Tupiratins - TO, através de seu representante legal, Sr. **Weltman Ayres Veloso** (Prefeito Municipal), declara para devidos fins que recebeu e aprovou o Projeto Executivo de Acessibilidade Proposto e que sua execução se dará de forma a garantir o cumprimento dos itens previstos no Anexo I – Lista de Verificação de Acessibilidade e está **APROVADO** pela Prefeitura Municipal, referente à **Adequação de Estradas Vicinais no Município**, vinculado ao **Processo: 23747/2018 e Convênio: 877193/2018**, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Caixa Econômica Federal.

Atenciosamente,

Tupiratins – TO, 11 de março de 2020.



WELTMAN AYRES VELOSO
Prefeito Municipal



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-TO

ART OBRA / SERVIÇO
Nº TO20230453915

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins

INICIAL

1. Responsável Técnico

DANILO RODRIGUES ANDRADE

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **2419570014**

Registro: **320356/D-TO TO**

Empresa contratada: **DM ENGENHARIA E PROJETOS LTDA**

Registro : **1000060532-TO**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA DE TUPIRATINS**

CPF/CNPJ: **37.420.692/0001-37**

AVENIDA TOCANTINS

Nº: **S/N**

Complemento: **PREFEITURA MUNICIPAL**

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **TUPIRATINS**

UF: **TO**

CEP: **77743000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em: **18/09/2023**

Valor: **R\$ 4.700,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

ESTRADA SAÍDA DE TUPIRATINS PARA PONTE DO RIO ÁGUA FRIA

Nº: **S/N**

Complemento: **RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL**

Bairro: **ZONA RURAL**

Cidade: **TUPIRATINS**

UF: **TO**

CEP: **77743000**

Data de Início: **18/09/2023**

Previsão de término: **31/12/2023**

Coordenadas Geográficas: **08°23'59.11"S, 48°7'44.92"W**

Finalidade: **Infraestrutura**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **PREFEITURA DE TUPIRATINS**

CPF/CNPJ: **37.420.692/0001-37**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

Quantidade

Unidade

35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.9 - TERRAPLENAGEM

142.906,08

m2

35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.3 - ATERRO

9.898,61

m3

35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.2 - BUEIRO

32,00

m

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART DE REPROGRAMAÇÃO DE ORÇAMENTO DE ESTRADA VICINA NO MUNICÍPIO DE TUPIRATINS/TO. CV:877193/2018.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-TO, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

- Declaro que as atividades registradas na ART fazem parte de minhas atribuições e que estou ciente de que o CREA-TO, ao analisar a regularidade das informações lançadas e dos requisitos necessários, poderá anulá-la em caso de constatação de hipótese de nulidade constante do art. 25, nos termos do art. 26, ambos da Resolução nº 1.025/2009.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

DANILO RODRIGUES ANDRADE:02055834150

Assinado de forma digital por DANILO RODRIGUES ANDRADE:02055834150
 Dados: 2023.09.25 10:24:29 -03'00'

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

DANILO RODRIGUES ANDRADE - CPF: 020.558.341-50
FILOMENA COELHO DOS SANTOS SILVA:57756201191

Assinado de forma digital por FILOMENA COELHO DOS SANTOS SILVA:57756201191
 Dados: 2023.09.25 10:31:29 -03'00'

Local

data

PREFEITURA DE TUPIRATINS - CNPJ: 37.420.692/0001-37

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-to.sitac.com.br/publico/>, com a chave: Zyy15
 Impresso em: 25/09/2023 às 10:25:19 por: , ip: 192.168.100.1





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-TO

ART OBRA / SERVIÇO
Nº TO20230453915

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins

INICIAL

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 96,62**

Registrada em: **21/09/2023**

Valor pago: **R\$ 96,62**

Nosso Número: **9980648859**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-to.sitac.com.br/publico/>, com a chave: Zyy15
Impresso em: 25/09/2023 às 10:25:19 por: , ip: 192.168.100.1





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-TO

ART OBRA / SERVIÇO
Nº TO20190218757

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins

INICIAL

1. Responsável Técnico

FERNANDO MORENO SUARTE JUNIOR

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **2400742073**

Registro: **150114/D-TO TO**

Empresa contratada: **FMS ENGENHARIA ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA**

Registro: **0000003426-TO**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Prefeitura Municipal de Tupiratis-TO**

AVENIDA Av. Tocantins

Complemento: **Centro**

Cidade: **Tupiratis**

Bairro: **Centro**

UF: **TO**

CPF/CNPJ: **37.420.692/0001-37**

Nº: **36**

CEP: **77743000**

Contrato: **2019**

Celebrado em: **09/08/2019**

Valor: **R\$ 463.000,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

SETOR Zona Rural - Estrada Vial

Complemento: **Saída de Tupiratis para Ponte do Rio Água Fria**

Cidade: **Tupiratis**

Data de Início: **01/10/2019**

Finalidade: **Infraestrutura**

Proprietário: **Prefeitura Municipal de Tupiratis-TO**

Bairro: **Zona Rural**

UF: **TO**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Código: **Não especificado**

Nº: **s/nº**

CEP: **77743000**

CPF/CNPJ: **37.420.692/0001-37**

4. Atividade Técnica

1 - DIRETA

	Quantidade	Unidade
5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> LOCAÇÃO -> #1154 - TERRAPLENAGEM	142.906,08	m²
5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> TRANSPORTE -> #1361 - SINALIZAÇÃO VERTICAL	142.906,08	m²
38 - ORÇAMENTO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> LOCAÇÃO -> #1154 - TERRAPLENAGEM	142.906,08	m²
38 - ORÇAMENTO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> TRANSPORTE -> #1361 - SINALIZAÇÃO VERTICAL	142.906,08	m²
5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> SANEAMENTO -> #1624 - SARJETA	960,00	m
38 - ORÇAMENTO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> SANEAMENTO -> #1624 - SARJETA	960,00	m

5. Observações

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

PROJETO E ORÇAMENTO DE ESTRADA VICINAL EM TUPIRATINS-TO.

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-TO, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

SEAGETO

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://silac.crea-to.org.br/publico/>, com a chave: 83761
Impresso em: 14/10/2019 às 15:15:08 por: , ip: 179.155.146.18

www.crea-to.org.br
Tel: (63) 3219-9800

art@crea-to.org.br
Fax: (63) 3219-9801



CREA-TO
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Tocantins





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-TO

ART OBRA / SERVIÇO
Nº TO20190218757

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins

INICIAL

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Palmas - TO 14 de outubro de 2019
Local data

FERNANDO MORENO SUARTE JUNIOR - CPF: 873.627.401-15

Prefeitura Municipal de Tupiratis-TO - CNPJ: 37.420.692/0001-37

9. Informações

- * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- * A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-to.org.br.
- * A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 226,50** Registrada em: **14/10/2019** Valor pago: **R\$ 226,50** Nosso Número: **9979481051**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://sitao.crea-to.org.br/publico/>, com a chave: 83761
Impresso em: 14/10/2019 às 15:15:08 por: , ip: 179.155.146.18

www.crea-to.org.br
Tel: (63) 3219-9800

art@crea-to.org.br
Fax: (63) 3219-9801



CREA-TO
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Tocantins





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-TO

ART OBRA / SERVIÇO
Nº TO20190222622

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins

INICIAL

1. Responsável Técnico

FERNANDO MORENO SUARTE JUNIOR
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **2400742073**
Registro: **150114/D-TO TO**

Empresa contratada: **FMS ENGENHARIA ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA**

Registro: **0000003426-TO**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Prefeitura Municipal de Tupiratis-TO**

CPF/CNPJ: **37.420.692/0001-37**

AVENIDA Av. Tocantins

Nº: **36**

Complemento: **Centro**

Bairro: **Centro**

Cidade: **Tupiratis**

UF: **TO**

CEP: **77743000**

Contrato: **2019**

Celebrado em: **09/08/2019**

Valor: **R\$ 3.000,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

SETOR Zona Rural - Estrada Vial

Nº: **s/nº**

Complemento: **Saída de Tupiratis para Ponte do Rio Água Fria**

Bairro: **Zona Rural**

Cidade: **Tupiratis**

UF: **TO**

CEP: **77743000**

Data de Início: **01/11/2019**

Previsão de término: **08/11/2019**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **Infraestrutura**

Código: **Não especificado**

Proprietário: **Prefeitura Municipal de Tupiratis-TO**

CPF/CNPJ: **37.420.692/0001-37**

4. Atividade Técnica

1 - DIRETA	Quantidade	Unidade
5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> LOCAÇÃO -> #1152 - DRENAGEM	32,00	m
5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> SANEAMENTO -> #1617 - BUEIRO	32,00	m
38 - ORÇAMENTO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> LOCAÇÃO -> #1152 - DRENAGEM	32,00	m
38 - ORÇAMENTO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> SANEAMENTO -> #1617 - BUEIRO	32,00	m
91 - MEMORIAL DESCRITIVO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> LOCAÇÃO -> #1152 - DRENAGEM	32,00	m
91 - MEMORIAL DESCRITIVO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> SANEAMENTO -> #1617 - BUEIRO	32,00	m
2 - ESTUDO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> MONITORAMENTO -> #1172 - SITUAÇÃO HIDROLÓGICA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	32,00	m

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETO E ORÇAMENTO DE BUEIROS TUBULAR DE CONCRETO PARA ESTRADA VICINAL EM TUPIRATINS-TO.

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-TO, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

SEAGETO

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://sitac.crea-to.org.br/publico/>, com a chave: 9wZwZ

Impresso em: 04/11/2019 às 18:01:04 por: , ip: 179.155.146.18

www.crea-to.org.br
Tel: (63) 3219-9800

art@crea-to.org.br
Fax: (63) 3219-9801





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-TO

ART OBRA / SERVIÇO
Nº TO20190222622

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins

INICIAL

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Palmas-TO, 04 de novembro de 2019
Local data

FERNANDO MORENO SUARTE JUNIOR - CPF: 873.627.401-15

Prefeitura Municipal de Tupiratis-TO - CNPJ: 37.420.692/0001-37

9. Informações

- * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- * A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-to.org.br.
- * A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 85,96 Registrada em: 04/11/2019 Valor pago: R\$ 85,96 Nosso Número: 9979492721

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://sitao.crea-to.org.br/publico/>, com a chave: 9wZwZ
Impresso em: 04/11/2019 às 10:01:04 por: , ip: 179.155.146.18

www.crea-to.org.br
Tel: (63) 3219-9600

art@crea-to.org.br
Fax: (63) 3219-9601



PREFEITURA

OUTROS

EMPRESA



FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR

Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 150.114/D TO
 Fone: (63) 3214-1971 (63) 8456-3001 (63) 9263-6834
 E-mail: fmsengenhariae-arquitetura@hotmail.com
 fernandosuarte@yahoo.com.br

PROJETO

PAVIMENTAÇÃO

FOLHA

1/1

OBRA: ADEQUAÇÃO DA ESTRADA VICINAL

PROPRIETÁRIO: TUPIRATINS-TO

ENDEREÇO: PRÓXIMO A CIDADE DE TUPIRATINS ATÉ O RIO ÁGUA FRIA

ÁREAS

PROPRIETÁRIO

ASS. :

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS-TO

AUTOR DO PROJETO

ASS. :

FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR
 Engenheiro Civil - CREA 150.114/D TO
 Arquiteto e Urbanista - CAU A155918-4

VER PRANCHA 01

RESP. TÉCNICO

ASS. :

ESCALA:

INDICADAS

DATA:

OUTUBRO/2019

ARQUIVO:

001

DESENHO:

Affonso Lucas

CONTEÚDO:

PLANTA DE SITUAÇÃO, PLANTA BAIXA DA ESTRADA E DETALHES

PREFEITURA

OUTROS

EMPRESA



FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR

Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 150.114/D TO
 Fone: (63) 3214-1971 (63) 8456-3001 (63) 9263-6834
 E-mail: fmsengenhariaarquitetura@hotmail.com
 fernandosuarte@yahoo.com.br

PROJETO

SINALIZAÇÃO

FOLHA

1/1

OBRA: ADEQUAÇÃO DA ESTRADA VICINAL

PROPRIETÁRIO: TUPIRATINS-TO

ENDEREÇO: PRÓXIMO A CIDADE DE TUPIRATINS ATÉ O RIO ÁGUA FRIA

ÁREAS

PROPRIETÁRIO

ASS. :

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS-TO

AUTOR DO PROJETO

ASS. :

FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR
 Engenheiro Civil - CREA 150.114/D TO
 Arquiteto e Urbanista - CAU A155918-4

RESP. TÉCNICO

ASS. :

VER PRANCHA 01

ESCALA:

INDICADAS

DATA:

OUTUBRO/2019

ARQUIVO:

001

DESENHO:

Affonso Lucas

CONTEÚDO:

PLANTA BAIXA E DETALHAMENTO

Nº OPERAÇÃO 23747-2018	Nº SICONV 877193-2018	PROPONENTE TOMADOR Prefeitura Municipal de Tupiratins-TO	APELIDO EMPREENDIMENTO Estrada vicinal	DESCRIÇÃO DO LOTE Adequação de estradas vicinais no município de Tupiratins-TO
---------------------------	--------------------------	---	---	---

Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1 12/23	2 01/24	3 02/24	4 03/24	5 04/24	6 05/24	7 06/24	8 07/24	9 08/24	10 09/24
1.	RECUPERAÇÃO DA ESTRADA VICINAL	565.847,53	% Período:	33,64%	27,18%	39,18%							
1.1.	SERVIÇOS PRELIMINARES	10.931,69	% Período:	100,00%									
1.2.	REVESTIMENTO PRIMÁRIO	492.957,89	% Período:	34,88%	29,94%	35,18%							
1.3.	SINALIZAÇÃO	39.959,27	% Período:			100,00%							
1.4.	DRENAGEM	98,01	% Período:	50,00%	50,00%								
1.5.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL ESTRADA VICINAL	21.900,67	% Período:	34,00%	28,00%	38,00%							
2.	CONSTRUÇÃO DE BUEIROS	124.524,05	% Período:	6,01%	93,99%								
2.1.	SERVIÇOS PRELIMINARES	7.177,66	% Período:	100,00%									
2.2.	DRENAGEM	63.864,44	% Período:		100,00%								
2.3.	TERRAPLENAGEM DO BUEIRO	48.446,79	% Período:		100,00%								
2.4.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL EXECUÇÃO DOS I	5.035,16	% Período:	6,00%	94,00%								
Total: R\$ 690.371,58				%:	28,66%	39,23%	32,11%						
				Repass:	132.094,44	180.828,75	148.029,19						
				Contrapartida:	65.744,32	89.999,72	73.675,16						
				Outros:	-	-	-						
				Investimento:	197.838,76	270.828,48	221.704,34						
				%:	28,66%	67,89%	100,00%						
				Repass:	132.094,44	312.923,19	460.952,38						
				Contrapartida:	65.744,32	155.744,04	229.419,20						
				Outros:	-	-	-						
				Investimento:	197.838,76	468.667,24	690.371,58						

Tupiratins-TO

Local

quinta-feira, 19 de outubro de 2023

Data

DANILO RODRIGUES
ANDRADE:02055834150Assinado de forma digital por
DANILO RODRIGUES
ANDRADE:02055834150
Dados: 2023.10.19 16:45:33 -03'00'

Responsável Técnico

Nome: DANILO RODRIGUES ANDRADE
CREA/CAU: 320356/D-TO
ART/RR: TO20230453915



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

DECLARAÇÃO APROVAÇÃO DO PROJETO

A Prefeitura Municipal de Tupiratins - TO, através de seu representante legal, Sr. **Weltman Ayres Veloso** (Prefeito Municipal), declara para devidos fins que o Projeto Proposto está aprovado pela Prefeitura Municipal, referente à **Adequação de Estradas Vicinais no Município**, vinculado ao **Processo: 23747/2018 e Convênio: 877193/2018**, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Caixa Econômica Federal.

Atenciosamente,

Tupiratins – TO, 10 de outubro de 2019.

WELTMAN AYRES VELOSO
Prefeito Municipal

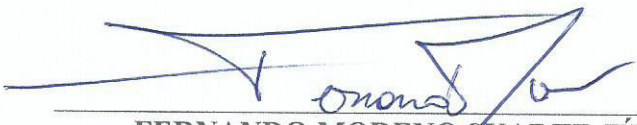


PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

**DECLARAÇÃO DA
ALTERNATIVA ADOTADA MAIS VANTAJOSA
PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Cumprimentando cordialmente, venho pelo presente comunicar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Caixa Econômica Federal que a obra do **Processo: 23747/2018 e Convênio: 877193/2018**, será construída através dos valores de Custo Unitários **DESONERADO**, visto ser mais vantajoso para Administração Pública. Destinados à **Adequação de Estradas Vicinais no Município de Tupiratins - TO.**

Tupiratins – TO, 10 de outubro de 2019.



FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR
Eng. Civil CREA 150.114/D TO
Arquiteto e Urbanista CAU 87.121 TO



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

OBRA: Estrada Vicinal (Recuperação da estrada vicinal com Revestimento Primário)
MUNICÍPIO: Tupiratins-TO
SICONV: 877193-2018

1. Anexar Planilha Orçamentária da proposta e a referência utilizada, em Excel, bem como as composições, na aba anexo da Plataforma +Brasil.

Documentos inseridos no SICONV

2. Anexar Declaração de capacidade técnica, indicando os servidores que fiscalizarão a obra ou serviço e informando que o Tomador possui condições físicas, operacionais, técnicas e gerenciais para a execução e fiscalização da obra ou serviço de engenharia, na aba anexo da Plataforma +Brasil

Documentos inseridos no SICONV

3. Anexar Declaração que o autor do projeto tem capacidade para realização do projeto na Aba Documentação Complementar.

Documento inserido no SICONV

4. As demais declarações devem aparecer na Aba: Documentação Complementar, só está aparecendo a Manifestação Ambiental.

Documento inserido no SICONV

5. Anexar Declaração relativa a existência ou não do Plano Diretor.

Documento inserido no SICONV

6. Converter a unidade do encarregado/engenheiro de hora para mês (fazer composição).

Foi realizado a alteração da composição “referência”

7. A administração Local planejadas de forma que as liberações sejam proporcionais as evoluções da obra.

Administração local foi dividido proporcionalmente a evolução de cada meta, sendo:

a) Administração Estrada Vicinal

b) Administração Bueiros

8. Aba QCI: Colocar a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS como uma meta especificando a Qtd e a Und.

Item corrigido no QCI

9. Pergunta: Os valores do SICRO foram desonerado? Obs.: O SICRO é onerado. Declarações anexadas com opção desonerado. Realizar os devidos ajustes/justificativas.

Foi utilizado custos desonerados, sendo aplicado no preço unitário. A desoneração da mão de obra ocorreu na incidência dos insumos de mão de obra da composição de custo unitário do SICRO.

10. Art projeto e orçamento com previsão de sarjeta para Estrada Vicinal, é isso mesmo? Onde estão as sarjetas para estradas vicinais?

O item “sarjeta” indicado na ART refere-se a terminologia “valetas, bigode ou sarjetas”, serviço contemplado no orçamento no nível 1.4 (Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica) necessários para o escoamento das águas pluviais.

Tupiratins – TO, 16 de 2020

FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR

Engenheiro Civil – CREA 150.114/D TO Arquiteto e Urbanista – CAU A155918-4 TO



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



302 Norte, Alameda 01, Lote 03 - Plano Diretor Norte -
CEP: 77006-336 Palmas - Tocantins | www.naturatins.to.gov.br

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº. 9275-2019

Proc.: 4390-2019-M Req.: 5212-2019 PTec: 6807-2019 Venc.: 11/12/2020

O Presidente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, nomeado por meio do Ato nº 1901-NM, publicado no Diário Oficial nº 5.409, quarta-feira, 31 de julho de 2019, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º incisos II e V do Anexo Único do Decreto 311, de 29 de agosto de 1996, combinado com as disposições da Resolução COEMA 07, de 09 de agosto de 2005, expede a presente autorização, nos termos e condições a seguir especificados:

1 - DADOS DO EMPREENDEDOR

- 1.1 - Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS
- 1.2 - CPF/CNPJ: 37420692000137
- 1.3 - RG/Inscrição Estadual: 0
- 1.4 - Endereço: AV. TOCANTINS, S/Nº CENTRO; CENTRO; TUPIRATINS-TO; CEP: 77743000

2 - DADOS DO EMPREENDIMENTO

- 2.1 - Nome: PARTE 1 (AREA REMANESCENTE)
- 2.2 - CNPJ do empreendimento:
- 2.3 - Endereço: PARTE 1 (AREA REMANESCENTE) - ZONA SUBURBANA ZONA SUBURBANA 77000000
- 2.4 - Município: TUPIRATINS-TO
- 2.5 - Tipo de documento do imóvel: CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR
- 2.6 - Coordenadas. Latitude: 8°24'42.7200" Longitude: 48°24'42.7200"

3 - CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE AUTORIZADA

- 3.1 - Atividade: EXTRAÇÃO E/OU BENEFICIAMENTO DE MINERIO
- 3.2 - Finalidade: ESTE ATO EMITE A AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL (AA) PARA A EXTRAÇÃO MINERAL DE CASCALHO, PARA APLICAÇÃO DIRETA NAS OBRAS DO MUNICÍPIO, NAS COORDENADAS LATITUDE 8°24'42,72"S LONGITUDE 48°7'47,72"O, LOCALIZADOS NA PARTE 01, (ÁREA REMANESCENTE) ZONA SUBURBANA, MUNICÍPIO DE TUPIRATINS, ESTADO DO TOCANTINS, ONDE NÃO NECESSITA DE PROCESSO ANM.
- 3.3 - Porte: JURIDICA PEQUENA
- 3.4 - Grupo: MINERAÇÃO
- 3.5 - Responsável Técnico: ANTONIO EDIVAM BARBOSA
- 3.6 - Reg. Conselho: 010965-3D

VIDE VERSO

CONDICIONANTES E OBSERVAÇÕES GERAIS

PALMAS/TO, 11 DE DEZEMBRO DE 2019

SEBASTIÃO ALBUQUERQUE CORDEIRO
PRESIDENTE



A - Sistema Integrado de Gestão Ambiental
ressou em 11/12/2019 às 08:04

Página 1 de 2

Documento foi assinado digitalmente por SEBASTIÃO ALBUQUERQUE CORDEIRO EM 12/12/2019 10:58:06. A autenticidade deste documento

pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: EA287BBB0076DF60.



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



302 Norte, Alameda 01, Lote 03 - Plano Diretor Norte -
CEP: 77006-336 Palmas - Tocantins | www.naturatins.to.gov.br

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº. 9275-2019

Proc.: 4390-2019-M Req.: 5212-2019 PTec: 6807-2019 Venc.: 11/12/2020

4 - CONDICIONANTES

I - Apresentar relatórios de execução das medidas ambientais propostas no estudo ambiental ou definidas no parecer;

II - Dar publicidade ao recebimento desta autorização no prazo máximo de 30 dias contados da data de sua emissão, em conformidade com a RESOLUÇÃO CONAMA N.º 006, de 24 de janeiro de 1986, devendo ser anexada cópia da publicação ao processo dentro de 45 dias;

Sem Condicionantes

5 - OBSERVAÇÕES GERAIS

I - Esta licença ou autorização não dispensa nem substitui a obtenção de certidões, alvarás, autorizações ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

II - O NATURATINS, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar este ato administrativo, caso ocorra:

- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
- graves riscos ambientais e de saúde;

III - Comunicar ao NATURATINS, através de ofício, acidentes que venham causar danos ambientais;

IV - Solicitar previamente ao NATURATINS, através de ofício, qualquer alteração no empreendimento, sendo que essa só poderá ser realizada mediante autorização expressa do órgão;

V - Quaisquer alterações no empreendimento ou acidentes que venham causar danos ambientais deverão ser comunicados ao NATURATINS;



A - Sistema Integrado de Gestão Ambiental
ressou em 11/12/2019 às 08:04

Página 2 de 2

Documento foi assinado digitalmente por SEBASTIÃO ALBUQUERQUE CORDEIRO EM 12/12/2019 10:58:06. A autenticidade deste documento

pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: EA287BBB0076DF60.

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

	ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIMENTO*			ETAPA DE VERIFICAÇÃO			ITEM DA NBR 9050/15:	OBS.
			SIM	NÃO nesta etapa**	N/A - Justificar (não será verificado)	PELO CONCEDENTE OU MANDATÁRIA*** NO PROJETO DE ENGENHARIA	PELO CONVENIENTE NO PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE	PELO CONVENIENTE NO LAUDO DE CONFORMIDADE		
ROTA ACESSÍVEL	1	Há indicação em projeto do traçado da rota acessível na área de intervenção?	s			s	s	s	6.1	
CALÇADAS	2	As calçadas novas ou reformadas possuem faixa livre com largura mínima de 1,20 m?			N/A	s	s	s	6.12.3.b)	
	3	As faixas livres não possuem obstáculos?			N/A	s	s	s	6.12.3.b)	
	4	As calçadas novas ou reformadas possuem faixa de serviço com largura mínima de 0,70 m?			N/A	s	s	s	6.12.3.a)	
	5	Em casos de calçadas novas ou reformadas com largura superior a 2,0m, há faixa de acesso?			N/A	s	s	s	6.12.1 6.12.3.c)	
	6	A faixa livre possui 2,10 m de altura livre nas calçadas novas ou reformadas?			N/A	s	s	s	6.12.3.b)	
	7	A sinalização suspensa está instalada acima de 2,10 m do piso nas calçadas novas ou reformadas?			N/A	s	s	s	5.2.8.2.3	
	8	A faixa livre ou passeio das calçadas novas ou reformadas possui inclinação transversal de até 3%?			N/A	s	s	s	6.12.3.b)	
	9	Nas calçadas novas ou reformadas há sinalização tátil direcional quando da ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável?			N/A	n	s	s	ABNT NBR 16537 - 7.8.1	
	10	A sinalização visual possui contraste de luminância, em condições secas e molhadas nas calçadas novas?			N/A	s	s	s	5.4.6.2	
	11	Há sinalização tátil ou piso tátil para informar a existência de: desníveis, objetos suspensos, equipamentos, mudança de direção, travessia de pedestre, início e término de rampas e escadas, rebaixamentos de guia nas calçadas novas ou reformadas?			N/A	n	s	s	5.4.6.3 ABNT NBR 16537 - 6.6 - 7.4	
	12	A faixa livre das calçadas novas ou reformadas possui piso com superfície regular, firme, estável, não trepidante e anti derrapante, sob condição seca ou molhada?			N/A	n	s	s	6.3.2	
	13	O acesso de veículos aos lotes cria degraus ou desníveis na faixa livre nas calçadas novas ou reformadas?			N/A	n	s	s	6.12.4	
	14	Os rebaixamentos de calçadas ou faixas elevadas para a travessia das vias constantes da intervenção estão na direção do fluxo da travessia de pedestres em calçadas novas ou reformadas ou reformadas?			N/A	n	s	s	6.12.7	
	15	Os rebaixamentos de calçadas possuem inclinação igual ou inferior a 8,33% (nas rampas laterais e central) ou igual ou inferior a 5% para rebaixamento total (nas rampas laterais)?			N/A	n	s	s	6.12.7.3 6.12.7.3.4	
	16	Os rebaixamentos de calçadas possuem rampa central com largura mínima de 1,50m em calçadas novas ou reformadas?			N/A	s	s	s	6.12.7.3	
	17	Os rebaixamentos de calçadas são feitos de forma a não reduzir a largura da faixa livre ou passeio em medida inferior a 1,20m em calçadas novas ou reformadas?			N/A	n	s	s	6.12.7.3	
	18	Há desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o feito carroçável em calçadas novas ou reformadas?			N/A	n	s	s	6.12.7.3.1	
	19	Há rebaixamento do canteiro divisor de pistas, com largura igual à da faixa de travessia?			N/A	s	s	s	6.12.7.3.5	
	20	Os semáforos para pedestres possuem dispositivos sincronizados com sinais visuais e sonoros?			N/A	n	s	s	8.2.2.3	
	21	Os semáforos, se acionados manualmente, possuem comando com altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso?			N/A	n	s	s	5.6.4.3 8.2.2.1	
PASSARELAS	22	As passarelas de pedestres possuem uma das alternativas? a. rampas; b. rampas e escadas; c. rampas e elevadores; d. escadas e elevadores.			N/A	s	s	s	6.13.1	
RAMPAS E ESCADAS	23	As rampas em rota acessível possuem, no mínimo, 1,20 m de largura?			N/A	s	s	s	6.6.2.5	
	24	Os patamares (intermediários, de início e término da rampa) possuem dimensão longitudinal mínima de 1,20 m e não invadem a área de circulação adjacente?			N/A	n	s	s	6.6.4	
RAMPAS E ESCADAS	25	Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,50 m, a inclinação é de 5%?			N/A	s	s	s	6.6.2.1	
	26	Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,00 m, a inclinação é de até 6,25%?			N/A	s	s	s	6.6.2.1	
	27	Para segmento de rampa com desnível máximo de 0,80 m, sua inclinação é de até 8,33% e o número máximo de segmentos de rampa é 15?				s	s	s	6.6.2.1	
	28	Em rampas, na ausência de paredes laterais, há guarda-corpos e guias de balizamento?			N/A	n	s	s	6.9.5	
	29	As escadas em rota acessível possuem no mínimo 1,20 m de largura?			N/A	n	s	s	6.8.3	
	30	Há patamar em escadas a cada desnível de 3,20 m (exceto escada de lances curvos ou mistos) com no mínimo 1,20m de dimensão longitudinal?			N/A	n	s	s	6.8.7	
	31	Os pisos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,28 m e 0,32 m?			N/A	s	s	s	6.8.2	
	32	Os espelhos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,16 m e 0,18 m?			N/A	s	s	s	6.8.2	

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

	ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIMENTO*			ETAPA DE VERIFICAÇÃO			ITEM DA NBR 9050/15:	OBS.
			SIM	NÃO nesta etapa**	N/A - Justificar (não será verificado)	PELO CONCEDENTE OU MANDATÁRIA*** NO PROJETO DE ENGENHARIA	PELO CONVENIENTE NO PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE	PELO CONVENIENTE NO LAUDO DE CONFORMIDADE		
	33	Há sinalização visual aplicada nos pisos e espelhos dos degraus, contrastante com o revestimento adjacente?			N/A	n	s	s	5.4.4	
	34	Em escadas, na ausência de paredes laterais, há guarda-corpos e guias de balizamento?			N/A	s	s	s	6.9.5	
	35	Nas rampas e escadas há corrimãos?			N/A	n	s	s	6.9.2.1	
	36	Em escadas e rampas os corrimãos são contínuos com diâmetro entre 30 mm a 45 mm, com altura de 0,92 m e a 0,70 m do piso e prolongamento mínimo de 0,30 m nas extremidades e curvados nas extremidades?			N/A	s	s	s	6.9	
	37	Em rampas ou escadas com largura igual ou superior a 2,40 m, há instalação de corrimão intermediário?			N/A	n	s	s	6.9.4	
	38	Em rampas ou escadas, se há corrimão intermediário o patamar com comprimento superior a 1,40 m, há espaçamento mínimo de 0,80 m?			N/A	n	s	s	6.9.4.1	
PLATAFORMAS E ELEVADORES	39	Em plataforma de elevação vertical com percurso aberto, há fechamento contínuo com altura de 1,10 m e sem vãos laterais?			N/A	n	s	s	6.10	
	40	Em plataforma de elevação vertical com percurso superior a 2,00 m, o percurso é fechado?			N/A	n	s	s	6.10.3.2	
	41	Em plataforma de elevação inclinada há parada programada no patamares ou pelo menos a cada 3,20 m de desnível?			N/A	n	s	s	6.10.4.2	
	42	Há dispositivos de comunicação interno e externo à caixa de corrida, para solicitação de auxílio?			N/A	n	s	s	6.10.1	
	43	Os elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, possuem cabine com dimensões mínimas de 1,40 m x 1,10 m?			N/A	n	s	s	ABNT NBR NM 313 - Tabela 1	
	44	Em elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, as portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m x 2,10 m?			N/A	n	n	n	ABNT NBR NM 313 - Tabela 1	
	45	O piso da cabine contrasta com o da circulação?			N/A	n	n	n	ABNT NBR NM 313	
	46	Há sinalização com piso tátil de alerta junto à porta dos elevadores e plataformas de elevação vertical?			N/A	n	n	n	ABNT NBR 16537 - 6.9.1	
	47	Possui sinalização sonora informando o pavimento em equipamentos com mais de duas paradas?			N/A	n	n	n	6.10.1	
	48	Junto à porta do elevador há dispositivo entre 1,80 m e 2,50 m que emite sinais sonoro e visual, indicando o sentido em que a cabine se movimentará?			N/A	n	n	n	ABNT NBR NM 313	
	49	A botoeira do pavimento está localizada entre 0,90 m e 1,10 m do piso?			N/A	n	n	n	ABNT NBR NM 313	
	50	A botoeira da cabine está localizada entre 0,90 m e 1,30 m do piso?			N/A	n	n	n	ABNT NBR NM 313	
	51	O desnível entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 15 mm?			N/A	n	n	n	ABNT NBR NM 313	
	52	A distância horizontal entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 35 mm?			N/A	n	n	n	ABNT NBR NM 313	
	53	O número do pavimento está localizado nos batentes externos, indicando o andar, em relevo e em Braille?			N/A	n	n	n	5.4.5.2	
ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS	54	Há rota acessível interligando as vagas reservadas dos estacionamentos aos acessos?			N/A	s	s	s	6.2.4	
	55	Há vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas com deficiência?			N/A	n	n	n	Lei 13.146/2015	
	56	O número de vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas com deficiência é de, no mínimo, 2% do total de vagas, assegurada, no mínimo 1 vaga?			N/A	s	s	s	Lei 13.146/2015	
	57	As vagas destinadas a pessoas com deficiência localizam-se a, no máximo, 50m do acesso à edificação ou elevadores?			N/A	s	s	s	6.14.1.2	
	58	As vagas destinadas a pessoas com deficiência contam com espaço adicional de, no mínimo, 1,20 m de largura?			N/A	s	s	s	6.14.1.2	
	59	Há vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas idosas?			N/A	s	s	s	Lei 10.741/2003	
	60	O número de vagas destinadas a veículos que transportem pessoas idosas é de, no mínimo, 5% do total de vagas, com no mínimo uma vaga?			N/A	s	s	s	Lei 10.741/2003	
	61	As vagas destinadas a pessoas idosas estão posicionadas próximas das entradas do edifício?			N/A	s	s	s	6.14	

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

	ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIMENTO*			ETAPA DE VERIFICAÇÃO			ITEM DA NBR 9050/15:	OBS.
			SIM	NÃO nesta etapa**	N/A - Justificar (não será verificado)	PELO CONCEDENTE OU MANDATÁRIA*** NO PROJETO DE ENGENHARIA	PELO CONVENIENTE NO PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE	PELO CONVENIENTE NO LAUDO DE CONFORMIDADE		
ACESSO	62	As vagas reservadas contém sinalização vertical e horizontal?			N/A	s	s	s	5.5.2.3 6.1.4	
	63	Há indicação no projeto do traçado da rota acessível?	S			s	s	s	6.1.1	
	64	A rota acessível interliga as áreas de uso público e adaptadas da edificação e incorpora as circulações?	S			s	s	s	6.1.1	
	65	Todas as entradas da edificação de uso público ou comum são acessíveis?			N/A	s	s	s	6.2.1; 6.1.1.1	
	66	Se houver controle de acesso, tipo catracas ou cancelas, pelo menos um deles em cada conjunto é acessível?			N/A	s	s	s	6.2.5	
	67	Possui sinalização informativa e direcional nas entradas e saídas acessíveis?			N/A	s	s	s	6.2.8	
	68	Há mapa acessível instalado imediatamente após a entrada principal com piso tátil associado, informando os principais pontos de distribuição no prédio ou locais de maior utilização?			N/A	s	s	s	Anexo B B.4	
	69	Há pelo menos duas formas de deslocamento vertical nas circulações verticais? (escadas, rampas, plataformas elevatórias ou elevador)			N/A	s	s	s	6.3	
	70	As superfícies de piso possuem revestimento regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, estando secas ou molhadas?			N/A	n	s	s	6.3.2	
PISO	71	A rota acessível é nivelada ou possui desníveis de no máximo 0,5 cm, ou quando maior que 0,5 cm e menor que 2 cm é chanfrada na proporção 1:2 (50%)			N/A	s	s	s	6.3.4.1	
	72	Há rampa nos casos em que ocorra um desnível maior que 2 cm?			N/A	s	s	s	6.1 6.1.1.2 6.3.4.1	
	73	Se houver grelhas e juntas de dilatação em rotas acessíveis, os vãos perpendiculares ao fluxo principal possuem dimensão máxima de 15mm?			N/A	s	s	s	6.3.5	
	74	Para corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m, a largura é de, no mínimo, 0,90 m?			N/A	n	n	n	6.11.1	
CORREDORES	75	Para corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m, a largura é de, no mínimo, 1,20 m?			N/A	n	n	n	6.11.1	
	76	Para corredores de uso comum com extensão acima de 10,00m, a largura é de, no mínimo, 1,50 m?			N/A	n	n	n	6.11.1	
	77	Para corredores de uso público, a largura é de, no mínimo, 1,50 m?			N/A	n	n	n	6.11.1	
	78	Para transposição de obstáculos com no máximo 0,40 m de extensão, a largura é de no mínimo 0,80 m?			N/A	s	s	s	6.11.1.2	
	79	Para transposição de obstáculos com extensão superior a 0,40 m, a largura é de no mínimo 0,90 m?			N/A	n	s	s	6.11.1.2	
	80	As passagens possuem informação visual, associada a sinalização tátil ou sonora?			N/A	n	s	s	5.4.1	
	81	Há placas de sinalização informando sobre os sanitários, acessos verticais e horizontais, números de pavimentos e rota de fuga?			N/A	n	n	n	5.2.8.1	
	82	Esta sinalização está disposta em locais acessíveis para pessoa em cadeira de rodas, com deficiência visual, entre outros usuários, de tal forma que possa ser compreendida por todos?			N/A	n	n	n	5.2.8.1	
ROTA DE FUGA	83	Quando a rota de fuga incorpora escadas de emergência e elevadores de emergência há área de resgate com no mínimo um M.R (0,80X1,20m) por pavimento e um para cada escada e elevador de emergência?			N/A	s	s	s	6.4.4	
	84	As rotas de fuga e as saídas de emergência estão sinalizadas, com informações visuais, sonoras e táteis?			N/A	s	s	s	5.5.1	
RAMPAS E ESCADAS	85	As rampas possuem largura mínima de 1,50 m? Sendo o mínimo admissível de 1,20m (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)			N/A	s	s	s	6.6.2.5	
	86	As escadas possuem largura mínima de 1,20m? (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)			N/A	s	s	s	6.8.3	
	87	Há guarda-corpos e guias de balizamento em rampas e escadas, na ausência de paredes laterais? (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)			N/A	s	s	s	6.6.3 6.9.5	
	88	Há corrimãos em escadas e rampas? (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível)			N/A	s	s	s	6.9.2.1	
	89	Os corrimãos são contínuos, com diâmetro entre 30 mm a 45 mm, em ambos os lados, com altura de 0,92 m e a 0,70 m do piso, prolongamento mínimo de 0,30 m e recurvados nas extremidades?			N/A	s	s	s	6.9.2.1; 4.6.5	
	90	Em rampas ou escadas com largura igual ou superior a 2,40 m, há instalação de corrimão intermediário?			N/A	s	s	s	6.9.4	
	91	Em rampas ou escadas, se há corrimão intermediário e patamar com comprimento superior a 1,40 m, há espaçamento mínimo de 0,80 m?			N/A	s	s	s	6.9.4.1	
	92	Os patamares (intermediários, de início e término) das rampas possuem dimensão longitudinal mínima de 1,20 m e não invadem a área de circulação adjacente?			N/A	s	s	s	6.6.2 6.6.4	
	93	Há patamar em escadas a cada desnível de 3,20 m (exceto escada de lances curvos ou mistos), com dimensão longitudinal de 1,20 m?			N/A	s	s	s	6.8.7 6.8.8	
	94	Os patamares de mudança de direção em rampas e escadas possuem o comprimento igual à largura das mesmas?			N/A	s	s	s	6.6.4; 6.8.3	
	94	Os patamares de mudança de direção em rampas e escadas possuem o comprimento igual à largura das mesmas?			N/A	s	s	s	6.6.4; 6.8.3	

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIMENTO*			ETAPA DE VERIFICAÇÃO			ITEM DA NBR 9050/15:	OBS.
		SIM	NÃO nesta etapa**	N/A - Justificar (não será verificado)	PELO CONCEDENTE OU MANDATÁRIA*** NO PROJETO DE ENGENHARIA	PELO CONVENIENTE NO PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE	PELO CONVENIENTE NO LAUDO DE CONFORMIDADE		
RAMPAS E ESCADAS	95			N/A	s	s	s	6.6.2.1	
	96			N/A	s	s	s	6.6.2.1	
	97			N/A	s	s	s	6.6.2.1	
	98			N/A	s	s	s	6.6.2	
	99			N/A	s	s	s	6.6.2	
	100			N/A	s	s	s	6.6.4	
	101			N/A	n	s	s	5.5.1.3	
	102			N/A	n	s	s	5.4.4	
PLATAFORMAS E ELEVADORES	103			N/A	n	s	s	6.10.3.1	
	104			N/A	n	s	s	6.10.3.2	
	105			N/A	n	s	s	6.10.4.2	
	106			N/A	n	s	s	6.10.1	
	107			N/A	n	s	s	ABNT NBR NM 313	
	108			N/A	n	s	s	6.11.2.4	
	109			N/A	n	s	s	ABNT NBR NM 313	
	110			N/A	n	s	s	6.10.1;	
				N/A	n	s	s	6.10.4.4	
	111			N/A	n	s	s	6.10.1	
	112			N/A	n	s	s	ABNT NBR NM 313	
	113			N/A	n	s	s	ABNT NBR NM 313	
PLATAFORMAS E ELEVADORES	114			N/A	n	s	s	ABNT NBR NM 313	
	115			N/A	n	s	s	ABNT NBR NM 313	
	116			N/A	n	s	s	ABNT NBR NM 313	
PORTAS E JANELAS	117			N/A	n	s	s	5.4.5.2	
	118			N/A	s	s	s	6.11.2.4	
	119			N/A	s	s	s	6.11.2.4; 6.11.2.12; 10.11.1	
	120			N/A	s	s	s	6.11.2.4	
	121			N/A	s	s	s	6.11.2	
	122			N/A	s	s	s	6.6.4.1; 6.8.8; 6.11.2.1	
	123			N/A	s	s	s	6.11.2.2	
	124			N/A	s	s	s	6.11.2.2; 6.11.2.3	
	125			N/A	s	s	s	5.4.1	
	126			N/A	s	s	s	5.4.1	
	127			N/A	s	s	s	6.11.2.6	
	128			N/A	s	s	s	6.11.3	
	129			N/A	s	s	s	6.11.3	
	130			N/A	s	s	s	7.4.3	
	131			N/A	s	s	s	6.3.2	
				N/A	s	s	s	6.3.4	

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIMENTO*			ETAPA DE VERIFICAÇÃO			ITEM DA NBR 9050/15:	OBS.
		SIM	NÃO nesta etapa**	N/A - Justificar (não será verificado)	PELO CONCEDENTE OU MANDATÁRIA*** NO PROJETO DE ENGENHARIA	PELO CONVENIENTE NO PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE	PELO CONVENIENTE NO LAUDO DE CONFORMIDADE		
GERAL	132			N/A	s	s	s	7.4.3	
	133			N/A	s	s	s	7.5.a)	
	134			N/A	s	s	s	5.6.4.1	
	135			N/A	s	s	s	4.6.9	
PORTAS	136			N/A	s	s	s	6.11.2.4	
	137			N/A	s	s	s	7.5.f)	
	138			N/A	s	s	s	6.11.2.4; 6.11.2.12;	
				N/A	s	s	s	10.11.1	
	139			N/A	s	s	s	6.11.2.7 Figura 84; 7.11.5	
	140			N/A	s	s	s	5.4.1	
	141			N/A	s	s	s	5.4.1	
BACIA SANITÁRIA	142			N/A	s	s	s	7.5	
	143			N/A	s	s	s	7.7.2.1	
	144			N/A	s	s	s	7.7.2.1	
	145			N/A	s	s	s	7.7.2.2 Figuras 103 e 104	
	146			N/A	s	s	s	7.7.3.1	
	147			N/A	s	s	s	7.7.2.3.3	
	148			N/A	s	s	s	7.7.3.2	
LAVATÓRIO	149			N/A	s	s	s	7.5.d) Figura 98	
	150			N/A	s	s	s	7.10.3	
	151			N/A	s	s	s	7.8.1 Figuras 113 e 114	
	152			N/A	s	s	s	7.8.2	
				N/A	s	s	s		
				N/A	s	s	s		
				N/A	s	s	s		
MICTÓRIO	153			N/A	s	s	s	7.10.4	
	154			N/A	s	s	s	7.10.4.3	
	155			N/A	s	s	s	7.10.4.3	
	156			N/A	s	s	s	7.10.4.3	
ACESSÓRIOS	157			N/A	s	s	s	7.5.m) Figura 14	
	158			N/A	s	s	s	7.11.1	
	159			N/A	s	s	s	7.11.1	
	160			N/A	s	s	s	7.11.2	

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

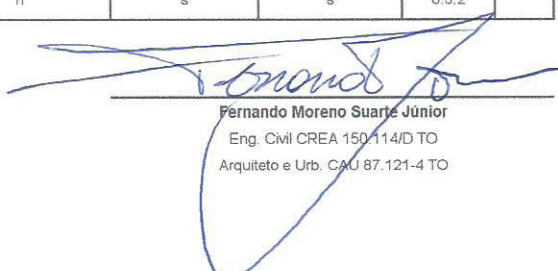
ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIMENTO*			ETAPA DE VERIFICAÇÃO			ITEM DA NBR 9050/16:	OBS.
		SIM	NÃO nesta etapa**	N/A - Justificar (não será verificado)	PELO CONCEDENTE OU MANDATÁRIA*** NO PROJETO DE ENGENHARIA	PELO CONVENIENTE NO PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE	PELO CONVENIENTE NO LAUDO DE CONFORMIDADE		
	161			N/A	n	s	s	7.11.2	
	162			N/A	n	s	s	7.11.3 7.11.4	
BOXE DE CHUVEIRO	163			N/A	n	s	s	7.12.1.2	
	164			N/A	n	s	s	7.12.1.1	
BOXE DE CHUVEIRO	165			N/A	n	s	s	7.12.2 Figura 126	
	166			N/A	n	s	s	7.12.3 Figura 126.b)	
	167			N/A	n	s	s	7.12.3 Figura 126.a)	
	168			N/A	n	s	s	7.12.4	
BANHEIRA	169			N/A	n	s	s	7.13.2 Figuras 127 e 128	
	170			N/A	n	s	s	7.13.2.1	
	171			N/A	n	s	s	7.13.2.3	
	172			N/A	n	s	s	7.13.2.4 Figura 129	
ÁREA COMUM DOS VESTIÁRIOS	173			N/A	n	s	s	7.3.1	
	174			N/A	n	s	s	7.4.2	
ÁREA COMUM DOS VESTIÁRIOS	175			N/A	n	s	s	7.12.4	
	176			N/A	n	s	s	7.4.5	
	177			N/A	n	s	s	7.4.2.2	
	178			N/A	n	s	s	5.6.4.1	
	179			N/A	n	s	s	4.6.9	
	180			N/A	n	s	s	5.4.1	
	181			N/A	n	s	s	6.11.2.4	
	182			N/A	n	s	s	6.11.2.7 Figura 84; 7.11.5	
	183			N/A	n	s	s	6.11.2.4; 6.11.2.12;	
				N/A	n	s	s	10.11.1	
CAEINHAS	184			N/A	n	s	s	7.14.1	
	185			N/A	n	s	s	7.14.1	
	186			N/A	n	s	s	7.14.1; 10.11.1	
	187			N/A	n	s	s	7.5.f) Figura 84	
	188			N/A	n	s	s	7.14.1	

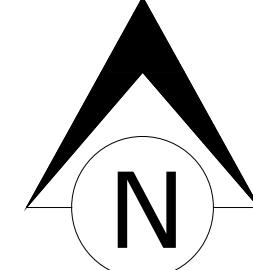
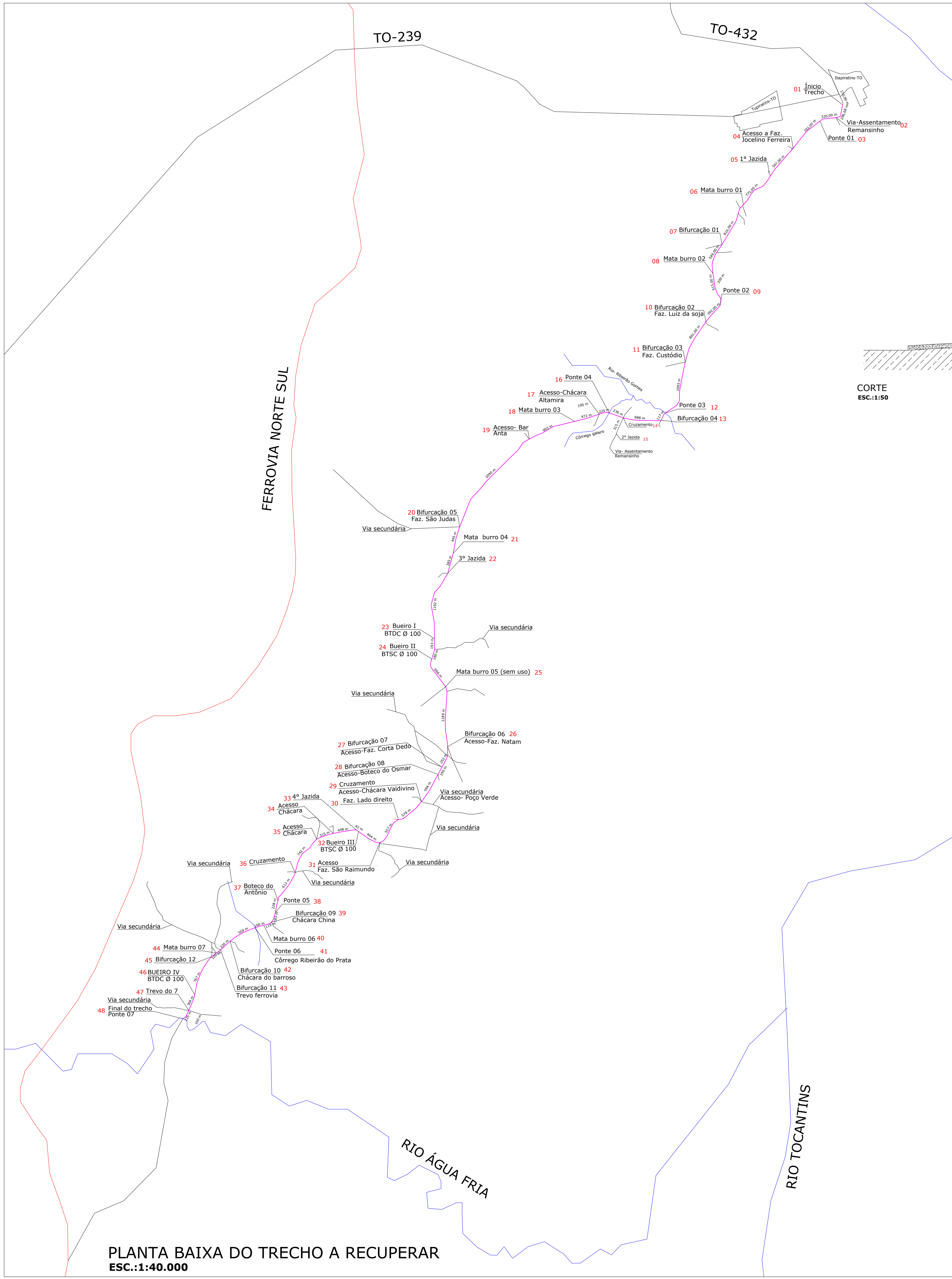
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

	ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIMENTO*			ETAPA DE VERIFICAÇÃO			ITEM DA NBR 9050/15:	OBS.
			SIM	NÃO nesta etapa**	N/A - Justificar (não será verificado)	PELO CONCEDENTE OU MANDATÁRIA*** NO PROJETO DE ENGENHARIA	PELO CONVENIENTE NO PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE	PELO CONVENIENTE NO LAUDO DE CONFORMIDADE		
BANCOS	189	Os bancos para vestiários possuem encosto e profundidade mínima de 0,45 m, largura mínima de 0,70 m e altura de 0,46 m do piso, e possuem um espaço livre inferior com 0,30 m de profundidade?			N/A	s	s	s	7.14.2	
	190	Os bancos possuem área de transferência lateral com dimensões mínimas de 0,80 x 1,20 m?			N/A	s	s	s	7.14.2 Figura 131	
ARMÁRIOS	191	A altura de utilização dos armários está entre 0,40 m e 1,20m do piso acabado?			N/A	n	s	s	7.14.3	
	192	A altura de fixação dos puxadores dos armários está entre 0,40 m e 1,20 m?			N/A	n	s	s	7.14.3	
	193	As prateleiras possuem profundidade que variam entre 0,25 e 0,43, a depender da altura de cada prateleira, conforme figura 14 da NBR 9050?			N/A	n	s	s	7.14.3 4.6.2 Figura 14	
	194	As projeção de abertura das portas dos armários permite área de circulação mínima de 0,90 m?			N/A	n	s	s	7.14.3	
	195	Os cabides e porta-objetos estão a uma altura entre 0,80 m e 1,20 m?			N/A	s	s	s	7.14.5	
ACESSÓRIOS	196	O porta-objetos possui profundidade máxima de 0,25 m?			N/A	s	s	s	7.14.5	
MOBILIÁRIO (EXTERNO E INTERNO)	197	O mobiliário urbano está localizado junto a uma rota acessível e fora da faixa livre para circulação de pedestre?			N/A	s	s	s	4.3.3 8.1	
	198	Os assentos públicos possuem altura e profundidade entre 0,40 e 0,45 m, largura individual entre 0,45 e 0,50 m e encosto com ângulo entre 100° e 110°?			N/A	s	s	s	6.5.1	
	199	Em locais de atendimento ao público, existe assento de uso preferencial sinalizado com o Símbolo Internacional de Acesso e com os símbolos de gestante, pessoa com criança de colo, pessoa idosa, pessoa obesa e pessoa com mobilidade reduzida?			N/A	s	s	s	5.3.2 Figuras 31 e 32; 5.3.5.1 Figuras 35 a 39	
	200	Em locais de atendimento ao público, existe assento para pessoa obesa (5% com no mínimo um)?			N/A	s	s	s	10.19	
	201	O assento para pessoa obesa possui largura mínima de 0,75 m, profundidade entre 0,47 m e 0,51 m e altura do assento entre 0,41 m e 0,45 m e suporta carga de 250 Kg?			N/A	s	s	s	4.7	
	202	O mobiliário não interrompe a livre passagem, nos espaços de circulação das rotas acessíveis?			N/A	s	s	s	4.3.3	
	203	Há M.R (0,80 x 1,20 m) ao lado dos assentos fixos e fora da faixa para circulação de pedestres?			N/A	s	s	s	8.9.3	
	204	A circulação entre os móveis ou passagens internas é, no mínimo, de 0,90 m e possui áreas de giro para retorno?			N/A	s	s	s	4.3	
	205	As mesas possuem largura mínima de 0,90 m e altura da superfície de trabalho entre 0,75 m e 0,85 m?			N/A	s	s	s	9.3.1.3	
	206	As mesas permitem aproximação frontal da cadeira de rodas, com uma altura livre mínima de 0,73 m embaixo da superfície de trabalho, garantindo largura mínima de 0,80 m e profundidade mínima de 0,50 m?			N/A	s	s	s	9.3.1.4	
TRANSPORTE	207	Em pontos de embarque e desembarque de transporte público, se houver assentos fixos e/ou apoios isquáticos, há também espaço para P.C.R com dimensões de 0,80 m x 1,20 m?	s			s	s	s	8.2.1.2	
	208	Há sinalização informativa sobre as linhas disponíveis nos pontos de ônibus, dos tipos visual e sonora?	s			s	s	s	8.2.1.3 5.2.7	
TELEFONES	209	Em edificações de grande porte e equipamentos urbanos, há pelo menos um telefone que transmita mensagens de texto (TDD) ou tecnologia similar, instalado a uma altura entre 0,75 m e 0,80 m do piso acabado?			N/A	n	s	s	8.3.2	
	210	Pelo menos um telefone de cada conjunto assegura dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, devidamente sinalizado?			N/A	n	s	s	8.3.1	
	211	Caso exista cabina telefônica, pelo menos uma é acessível e possui dimensões que garantem um M.R (0,80 m x 1,20 m) com aproximação frontal?			N/A	n	s	s	8.4.2	
	212	O telefone da cabina acessível está instalado suspenso, na parede oposta à entrada?			N/A	n	s	s	8.4.2	
	213	Em frente à cabina há espaço para rotação de 180° de cadeira de rodas (1,50 x 1,20 m)?			N/A	n	s	s	8.4.2	
VEGETAÇÃO	214	Se houver áreas drenantes de árvores invadindo as faixas livres do passeio, há grelhas de proteção, com vãos de no máximo 15 mm?			N/A	s	s	s	8.8.3	
TENDIMENTO E/OU INFORMAÇÕES	215	O balcão de atendimento e/ou informações está facilmente identificado e localizado em rota acessível?			N/A	s	s	s	9.2.1.1	
	216	Os balcões de atendimento e/ou informações garantem um M.R frontal?			N/A	s	s	s	9.2.1.2	
	217	Há circulação adjacente aos balcões que permita giro de 180° (1,20 x 1,50 m) de cadeira de rodas?			N/A	s	s	s	9.2.1.2	
	218	Balcão de atendimento possui superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m?			N/A	s	s	s	9.2.1.4	
	219	Balcão de informações possui superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,90 m a 1,05 m do piso, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m?			N/A	s	s	s	9.2.3.4	

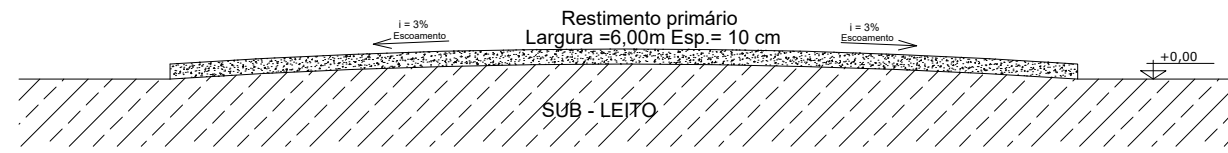
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

	ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIMENTO*			ETAPA DE VERIFICAÇÃO			ITEM DA NBR 9050/15:	OBS.
			SIM	NÃO nesta etapa**	N/A - Justificar (não será verificado)	PELO CONCEDENTE OU MANDATÁRIA*** NO PROJETO DE ENGENHARIA	PELO CONVENIENTE NO PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE	PELO CONVENIENTE NO LAUDO DE CONFORMIDADE		
BALCÕES DE A	220	Balcão de atendimento ou de informação possui altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,30 m, de modo que a pessoa em cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob o balcão?			N/A	s	s	s	9.2.1.5 9.2.3.5	
	221	Os balcões possuem o Símbolo Internacional de Acesso próximo à parte rebaixada?			N/A	s	s	s	5.3.2.2	
AUTO-ATENDIMENTO	222	Em áreas de atendimento, no caso de dispensers de senha ou totens de autoatendimento, estes estão localizados em área de piso nivelado e sem obstruções?			N/A	n	s	s	9.4.3.2	
	223	Pelo menos um desses equipamentos possui um M. R. para aproximação (frontal e alcance visual frontal ou lateral) de pessoa em cadeira de rodas?			N/A	n	s	s	9.4.3.4	
	224	Os controles estão localizados entre 0,80 m e 1,20 m do piso, com profundidade de no máximo 0,30 m em relação à face frontal externa do equipamento?			N/A	n	s	s	9.4.3.5	
	225	O equipamento apresenta instruções e informações visuais e auditivas ou táteis em posição visível, conforme Seção 5?			N/A	n	s	s	9.4.3.8	
	226	No caso de displays de senhas, a informação é compreensível por pessoas com deficiência, sendo apresentada de forma visual e sonora?			N/A	n	s	s	5.1.3	
BEBEDOUROS	227	Os bebedouros estão instalados com no mínimo duas alturas diferentes de bica: 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado?			N/A	n	s	s	8.5.1.2	
	228	O bebedouro de 0,90 m possui altura livre inferior de 0,73 m?			N/A	n	s	s	8.5.1.3	
	229	Há possibilidade de aproximação frontal sob o equipamento, garantido um M.R.?			N/A	n	s	s	8.5.1.3	
	230	Havendo copos descartáveis, estes estão entre 0,80 m e 1,20 m do piso?			N/A	n	s	s	8.5.2	
	231	Os outros modelos (garraão, filtro, etc.), assim como o manuseio dos copos, estão posicionados na altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso acabado?			N/A	n	s	s	8.5.2	
	232	Estes modelos permitem a aproximação lateral de uma Pessoa com Cadeira de Rodas?			N/A	n	s	s	8.5.2	

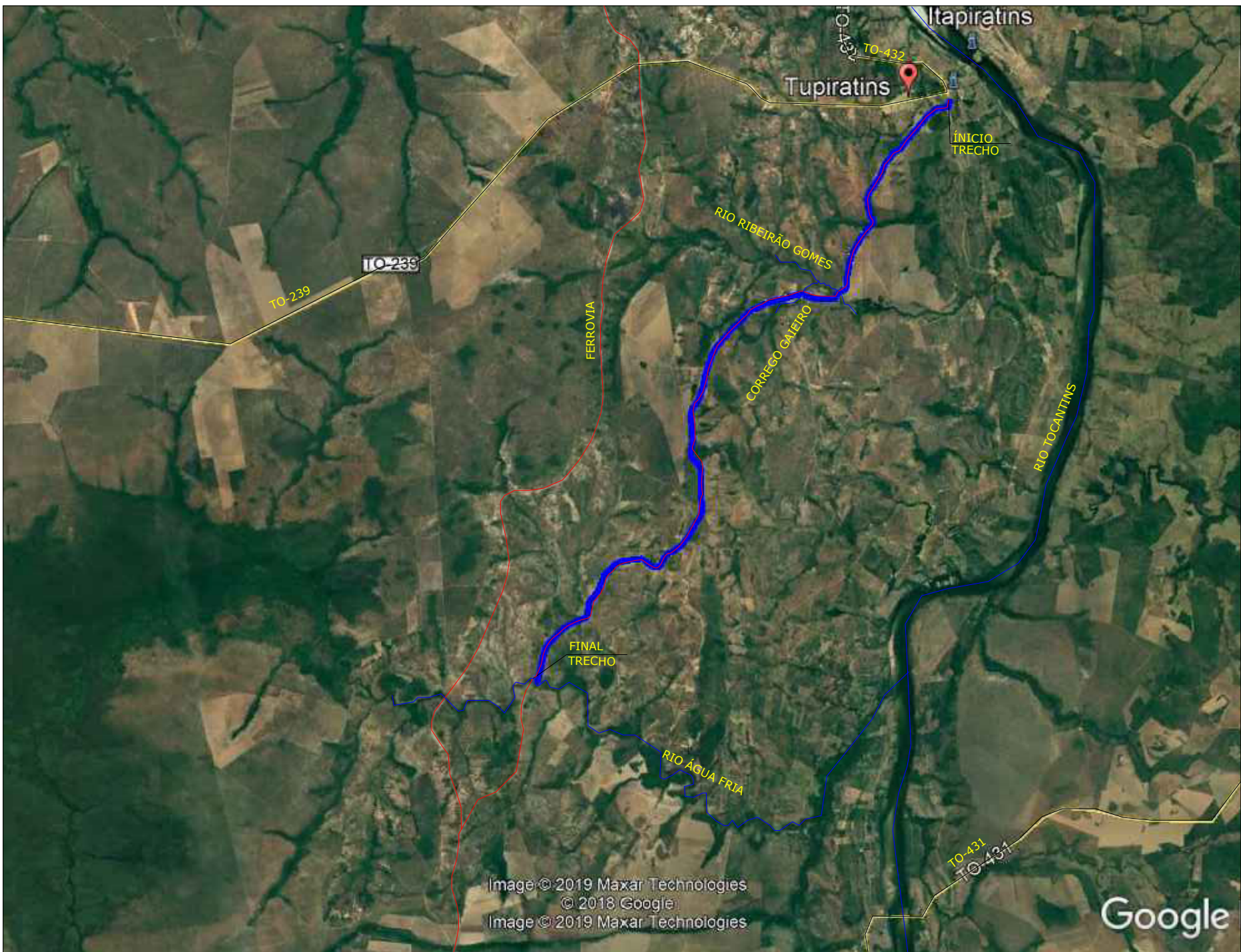

Fernando Moreno Suarte Junior
 Eng. Civil CREA 150.114/D TO
 Arquiteto e Urb. CAU 87.121-4 TO



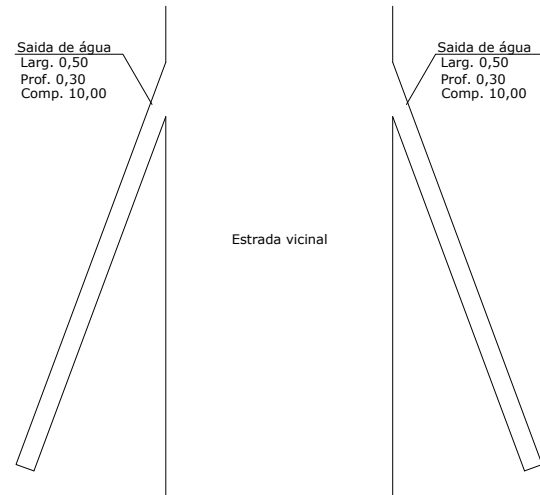
LEGENDA	
—	Córregos e Rios
—	Trecho a recuperar
—	Ferrovia Norte Sul
—	Vias secundária



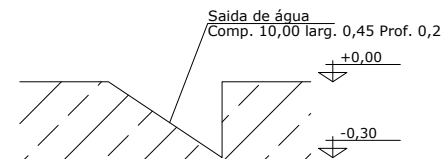
CORTA
ESC.:1:50



MAPA GERAL DA REGIÃO
ESC.:XXX




DET. EM PLANTA DA SAIDA DE ÁGUA
ESC.:1:200



DET. DA SAIDA DE ÁGUA
ESC.:1:30

LEGENDA		
Ponto	Corrdenadas	Informação
1	8°23'58,18"S 48°7'2,49"O	Referência: Início do trecho—(Trecho a recuperar) Localização: A 170 m da TO-432
2	8°24'5,35"S 48°7'5,96"O	Referência: Via acantamento "Ramansinho"—(Trecho a recuperar) Localização: 296,66 m do início do trecho
3	8°24'7,11"S 48°7'16,26"O	Referência: Ponte 01—(Trecho a recuperar) Localização: 320 m do Via acantamento "Ramansinho"
4	8°24'22,97"S 48°7'32,51"O	Referência: Faz. Jocelino Ferreira—(Trecho a recuperar) Localização: 702 m da Ponte 01
5	8°24'37,03"S 48°7'46,19"O	Referência: 1ª Jazida—(Trecho a recuperar) Localização: 597 m da Faz. Jocelino Ferreira
6	8°24'54,65"S 48°8'2,58"O	Referência: Mata burro 01—(Trecho a recuperar) Localização: 775 m da 1ª jazida
7	8°25'17,37"S 48°8'15,87"O	Referência: Bifurcação 01—(Trecho a recuperar) Localização: 816 m do mata burro 01
8	8°25'33,84"S 48°8'21,57"O	Referência: Mata burro —(Trecho a recuperar) Localização: 549 m da bifurcação 01
9	8°25'52,89"S 48°8'17,51"O	Referência: Ponte 02 —(Trecho a recuperar) Localização: 615 m do mata burro 02
10	8°26'2,00"S 48°8'25,83"O	Referência: Bifurcação 02 —(Trecho a recuperar) Localização: 392 m da ponte 02
11	8°26'26,55"S 48°8'39,05"O	Referência: Bifurcação 03 —(Trecho a recuperar) Localização: 861 m da bifurcação 02
12	8°26'57,05"S 48°8'52,13"O	Referência: Ponte 03 —(Trecho a recuperar) Localização: 1093 m da bifurcação 03
13	8°27'0,13"S 48°8'53,55"O	Referência: Bifurcação 04 —(Trecho a recuperar) Localização: 117 m da ponte 03
14	8°26'58,41"S 48°9'15,96"O	Referência: Cruzamento—(Trecho a recuperar) Localização: 688 m da bifurcação 04
15	8°27'7,86"S 48°9'21,92"O	Referência: 2ª Jazida Localização: 315 m do cruzamento
16	8°26'55,52"S 48°9'23,15"O	Referência: Ponte 04—(Trecho a recuperar) Localização: 236 m do cruzamento
17	8°26'55,94"S 48°9'30,42"O	Referência: Chacara Altamira—(Trecho a recuperar) Localização: 225 m da ponte 04
18	8°26'59,88"S 48°9'45,40"O	Referência: Mata burro 03—(Trecho a recuperar) Localização: 225 m da Chacara Altamira
19	8°27'10,05"S 48°10'12,88"O	Referência: Bar da Anta—(Trecho a recuperar) Localização: 903 m do mata burro 03
20	8°28'1,30"S 48°10'53,79"O	Referência: Bar da Anta—(Trecho a recuperar) Localização: 2090 m do Bar da anta
21	8°28'16,91"S 48°10'57,92"O	Referência: Mata burro 04—(Trecho a recuperar) Localização: 495 m da bifurcação 05
21	8°28'16,91"S 48°10'57,92"O	Referência: Mata burro 04—(Trecho a recuperar) Localização: 495 m da bifurcação 05
22	8°28'29,10"S 48°11'1,58"O	Referência: 3ª jazida —(Trecho a recuperar) Localização: 385 m do mata burro 04
23	8°29'3,74"S 48°11'8,63"O	Referência: Bueiro I — (A ser executado) Localização: 1372 m da 3ª jazida
24	8°29'16,37"S 48°11'9,98"O	Referência: Bueiro II — (A ser executado) Localização: 180 m do Bueiro I
25	8°29'34,39"S 48°11'2,45"O	Referência: mata burro 05 Localização: 666 m do Bueiro II
26	8°30'13,06"S 48°11'10,92"O	Referência: Bifurcação 06 —(Trecho a recuperar) Localização: 1189 m do mata burro 05
27	8°30'20,66"S 48°11'4,29"O	Referência: Bifurcação 07 —(Trecho a recuperar) Localização: 252 m da bifurcação 06
28	8°30'26,09"S 48°11'7,52"O	Referência: Bifurcação 08 —(Trecho a recuperar) Localização: 190 m da bifurcação 07
29	8°30'41,92"S 48°11'17,99"O	Referência: Cruzamento —(Trecho a recuperar) Localização: 594 m da bifurcação 08
30	8°30'52,38"S 48°11'32,99"O	Referência: Faz. lado direito —(Trecho a recuperar) Localização: 578 m do cruzamento
31	8°31'5,56"S 48°11'44,45"O	Referência: Faz. São Raimundo —(Trecho a recuperar) Localização: 557 m da Faz. lado direito
32	8°30'58,19"S 48°11'56,87"O	Referência: Bueiro III — (A ser executado) Localização: 464 m da Faz. São Raimundo
33	8°30'57,38"S 48°11'58,00"O	Referência: 4ª Jazida —(Trecho a recuperar) Localização: 42 m do Bueiro III
34	8°30'58,84"S 48°12'58,00"O	Referência: Acesso a chacara —(Trecho a recuperar) Localização: 448 m da 4ª jazida
35	8°31'2,13"S 48°12'22,48"O	Referência: Acesso a chacara —(Trecho a recuperar) Localização: 763 m da 4ª jazida
36	8°31'21,38"S 48°12'36,32"O	Referência: Cruzamento —(Trecho a recuperar) Localização: 742 m da chacara
37	8°31'37,65"S 48°12'47,32"O	Referência: Boteco do Antônio —(Trecho a recuperar) Localização: 612 m do cruzamento
38	8°31'45,04"S 48°12'48,54"O	Referência: Ponte 05 —(Trecho a recuperar) Localização: 228 m do Boteco do Antônio
39	8°31'50,54"S 48°12'50,33"O	Referência: Bifurcação 09 —(Trecho a recuperar) Localização: 183 m da Ponte 05
40	8°31'52,16"S 48°12'53,92"O	Referência: Mata burro 06 —(Trecho a recuperar) Localização: 119 m da bifurcação 09
41	8°31'53,99"S 48°12'58,81"O	Referência: Ponte 06 —(Trecho a recuperar) Localização: 160 m do mata burro 06
42	8°32'3,29"S 48°13'14,116"O	Referência: Bifurcação 10 —(Trecho a recuperar) Localização: 559 m da ponte 06
43	8°32'8,15"S 48°13'19,169"O	Referência: Bifurcação 11 —(Trecho a recuperar) Localização: 226 m da bifurcação 10
44	8°32'10,34"S 48°13'21,35"O	Referência: Mata burro 07 —(Trecho a recuperar) Localização: 36 m da bifurcação 11
45	8°32'12,92"S 48°13'23,79"O	Referência: Bifurcação 12 —(Trecho a recuperar) Localização: 109 m do mata burro 07
46	8°32'35,67"S 48°13'32,92"O	Referência: Bueiro IV— (A ser executado) Localização: 787 m da bifurcação 12
47	8°32'44,87"S 48°13'35,43"O	Referência: Trevo do 7 —(Trecho a recuperar) Localização: 1071 m da bifurcação 12
48	8°32'49,95"S 48°13'39,66"O	Referência: Final do trecho —(Trecho a recuperar) Localização: 225 m da trevo do 7

PLANTA BAIXA DO TRECHO A RECUPERAR
ESC.:1:40.000

PREFEITURA		OUTROS	
EMPRESA		<div><div>FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 150.114/O TO Fone: (63) 3214-1971 (63) 8456-3001 (63) 9263-6834 E-mail: fmsengenhariaearquitectura@hotmail.com fernandosuarte@yahoo.com.br</div></div>	
PROJETO		FOLHA	
PAVIMENTAÇÃO		1/1	
OBRA:		ADEQUAÇÃO DA ESTRADA VICINAL	
PROPRIETÁRIO:		TUPIRATINS-TO	
ENDEREÇO:		PRÓXIMO A CIDADE DE TUPIRATINS ATÉ O RIO ÁGUA FRIA	
ÁREAS		PROPRIETÁRIO	
VER PRANCHA 01		ASS. : PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS-TO	
		AUTOR DO PROJETO	
		ASS. : FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil - CREA 150.114/O TO Arquiteto e Urbanista - CAU AI-55518-4	
		RESP. TÉCNICO	
		ASS. :	
ESCALA:	DATA:	ARQUIVO:	DESENHO:
INDICADAS	OUTUBRO/2019	001	Affonso Lucas
CONTEÚDO:			
PLANTA DE SITUAÇÃO, PLANTA BAIXA DA ESTRADA E DETALHES			

Nº OPERAÇÃO 23747-2018	Nº SICONV 877193-2018	PROPONENTE / TOMADOR Prefeitura Municipal de Tupiratis-TO	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Estrada vicinal
LOCALIDADE SINAPI PALMAS	DATA BASE 07-23 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Adequação de estradas vicinais no município de Tupiratis-TO	MUNICÍPIO / UF Tupiratis-TO
		BDI 1 27,20%	BDI 2 0,00%
		BDI 3 0,00%	

Nível Corrigido	Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
LOTE	Adequação de estradas vicinais no município de Tupiratis-TO									690.371,58	
Meta 1.	RECUPERAÇÃO DA ESTRADA VICINAL									-	565.847,53
Nível 2	1.1.			SERVIÇOS PRELIMINARES					-	10.931,69	
Serviço	1.1.0.1.	Composição	04	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - (REFERÊNCIA SINAPI: 74209/001 - 08/2019).	M2	2,50	359,79	BDI 1	457,65	1.144,13	RA
Serviço	1.1.0.2.	SICRO	5502985	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	13.445,36	0,44	BDI 1	0,56	7.529,40	RA
Serviço	1.1.0.3.	Composição	01	EXECUÇÃO DO ALMOXARIFADO	m²	6,00	295,88	BDI 1	376,36	2.258,16	RA
Nível 2	1.2.			REVESTIMENTO PRIMÁRIO					-	492.957,89	
Nível 3	1.2.1.			TRECHO 1-12					-	150.559,91	
Serviço	1.2.1.1.	SICRO	5502985	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	1.890,25	0,44	BDI 1	0,56	1.058,54	RA
Serviço	1.2.1.2.	SICRO	4016096	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica de 1,56 m³	m³	3.100,01	1,56	BDI 1	1,98	6.138,02	RA
Serviço	1.2.1.3.	SICRO	5915319	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	tkm	55.800,15	0,90	BDI 1	1,14	63.612,17	RA
Serviço	1.2.1.4.	SICRO	4011209	Regularização do subleito	m²	42.100,08	1,13	BDI 1	1,44	60.624,12	RA
Serviço	1.2.1.5.	SICRO	5502978	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	3.100,01	4,85	BDI 1	6,17	19.127,06	RA
Nível 3	1.2.2.			TRECHO 12-29					-	191.124,23	
Serviço	1.2.2.1.	SICRO	5502985	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	2.188,90	0,44	BDI 1	0,56	1.225,78	RA
Serviço	1.2.2.2.	SICRO	4016096	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica de 1,56 m³	m³	3.589,80	1,56	BDI 1	1,98	7.107,80	RA
Serviço	1.2.2.3.	SICRO	5915319	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	tkm	64.616,40	0,90	BDI 1	1,14	73.662,70	RA
Serviço	1.2.2.4.	SICRO	4011209	Regularização do subleito	m²	60.402,00	1,13	BDI 1	1,44	86.978,88	RA
Serviço	1.2.2.5.	SICRO	5502978	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	3.589,80	4,85	BDI 1	6,17	22.149,07	RA
Nível 3	1.2.3.			TRECHO 29-48					-	151.273,75	
Serviço	1.2.3.1.	SICRO	5502985	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	1.956,59	0,44	BDI 1	0,56	1.095,69	RA
Serviço	1.2.3.2.	SICRO	4016096	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica de 1,56 m³	m³	3.208,80	1,56	BDI 1	1,98	6.353,42	RA
Serviço	1.2.3.3.	SICRO	5915319	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	tkm	57.758,40	0,90	BDI 1	1,14	65.844,58	RA
Serviço	1.2.3.4.	SICRO	4011209	Regularização do subleito	m²	40.404,00	1,13	BDI 1	1,44	58.181,76	RA
Serviço	1.2.3.5.	SICRO	5502978	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	3.208,80	4,85	BDI 1	6,17	19.798,30	RA
Nível 2	1.3.			SINALIZAÇÃO					-	39.959,27	
Serviço	1.3.0.1.	SICRO	5213464	Placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação	un	44,00	251,14	BDI 1	319,45	14.055,80	RA
Serviço	1.3.0.2.	SICRO	5213863	Suporte metálico galvanizado para placa de advertência ou regulamentação - lado ou diâmetro de 0,60 m - fornecimento e implantação	un	44,00	457,91	BDI 1	582,46	25.628,24	RA
Serviço	1.3.0.3.	SICRO	4016096	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica de 1,56 m³	m³	9,60	1,56	BDI 1	1,98	19,01	RA
Serviço	1.3.0.4.	SICRO	5915319	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	tkm	172,80	0,90	BDI 1	1,14	196,99	RA
Serviço	1.3.0.5.	SICRO	5502978	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	9,60	4,85	BDI 1	6,17	59,23	RA
Nível 2	1.4.			DRENAGEM					-	98,01	
Serviço	1.4.0.1.	SICRO	4016096	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica de 1,56 m³	m³	49,50	1,56	BDI 1	1,98	98,01	RA
Nível 2	1.5.			ADMINISTRAÇÃO LOCAL ESTRADA VICINAL					-	21.900,67	
Serviço	1.5.0.1.	Composição	02	ADMINISTRAÇÃO LOCAL ESTRADA VICINAL	UNID	1,00	17.217,51	BDI 1	21.900,67	21.900,67	RA
Meta 2.	CONSTRUÇÃO DE BUEIROS									-	124.524,05
Nível 2	2.1.			SERVIÇOS PRELIMINARES					-	7.177,66	
Serviço	2.1.0.1.	SICRO	4805751	Escavação manual em material de 1ª categoria na profundidade de 1 a 2 m	m³	12,16	47,89	BDI 1	60,92	740,79	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 23747-2018	Nº SICONV 877193-2018	PROPONENTE / TOMADOR Prefeitura Municipal de Tupiratis-TO	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Estrada vicinal
LOCALIDADE SINAPI PALMAS	DATA BASE 07-23 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Adequação de estradas vicinais no município de Tupiratis-TO	MUNICÍPIO / UF Tupiratis-TO
		BDI 1 27,20%	BDI 2 0,00%
			BDI 3 0,00%

Nível Corrigido	Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
LOTE	Adequação de estradas vicinais no município de Tupiratis-TO									690.371,58	
Serviço	2.1.0.2.	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_09/2021	M2	60,80	0,55	BDI 1	0,70	42,56	RA
Serviço	2.1.0.3.	SINAPI	96616	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF_08/2017	M3	6,08	648,63	BDI 1	825,06	5.016,36	RA
Serviço	2.1.0.4.	SICRO	5914404	Transporte com caminhão carroceria de 9 t - rodovia em leito natural	tkm	918,63	1,18	BDI 1	1,50	1.377,95	RA
Nível 2	2.2.			DRENAGEM					-	63.864,44	
Serviço	2.2.0.1.	SICRO	0804037	Corpo de BSTC D = 1,00 m PA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	16,00	743,99	BDI 1	946,36	15.141,76	RA
Serviço	2.2.0.2.	SICRO	0804121	Boca de BSTC D = 1,00 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas	un	4,00	1.733,46	BDI 1	2.204,96	8.819,84	RA
Serviço	2.2.0.3.	SICRO	0804189	Corpo de BDTC D = 1,00 m PA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	16,00	1.440,28	BDI 1	1.832,04	29.312,64	RA
Serviço	2.2.0.4.	SICRO	0804233	Boca de BDTC D = 1,00 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas	un	4,00	2.081,41	BDI 1	2.647,55	10.590,20	RA
Nível 2	2.3.			TERRAPLENAGEM DO BUEIRO					-	48.446,79	
Serviço	2.3.0.1.	SICRO	4016096	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica de 1,56 m³	m³	1.616,86	1,56	BDI 1	1,98	3.201,38	RA
Serviço	2.3.0.2.	SICRO	5915319	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em leito natural	tkm	30.124,07	0,90	BDI 1	1,14	34.341,44	RA
Serviço	2.3.0.3.	SICRO	4011209	Regularização do subleito	m²	644,40	1,13	BDI 1	1,44	927,94	RA
Serviço	2.3.0.4.	SICRO	5502978	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	1.616,86	4,85	BDI 1	6,17	9.976,03	RA
Nível 2	2.4.			ADMINISTRAÇÃO LOCAL EXECUÇÃO DOS BUEIROS					-	5.035,16	
Serviço	2.4.0.1.	Composição	03	ADMINISTRAÇÃO LOCAL EXECUÇÃO DOS BUEIROS	UNID	1,00	3.958,46	BDI 1	5.035,16	5.035,16	RA

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.

Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

Tupiratis-TO

Local

quinta-feira, 19 de outubro de 2023

Data

DANILO RODRIGUES
ANDRADE:02055834150

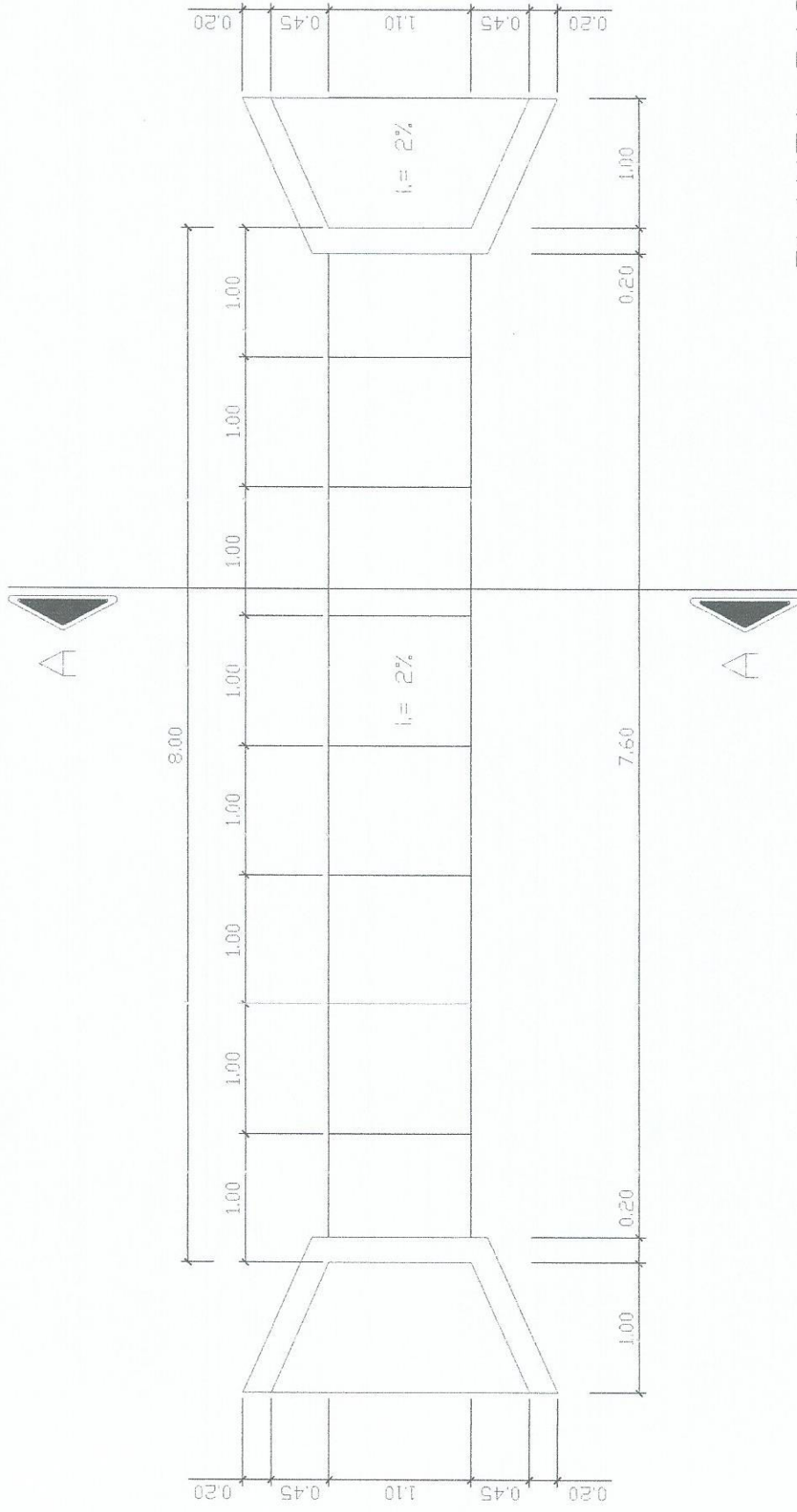
Responsável Técnico

Nome: DANILO RODRIGUES ANDRADE


CREA/CAU: 320356/D-TO

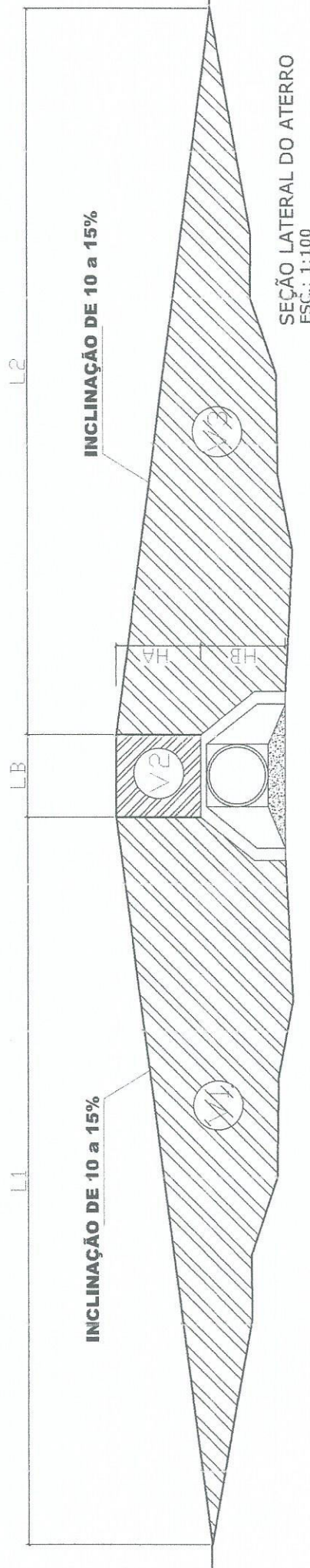
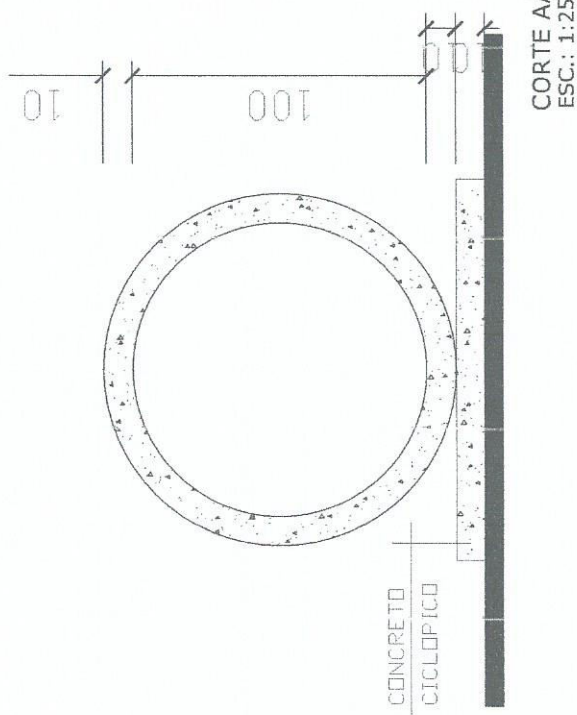
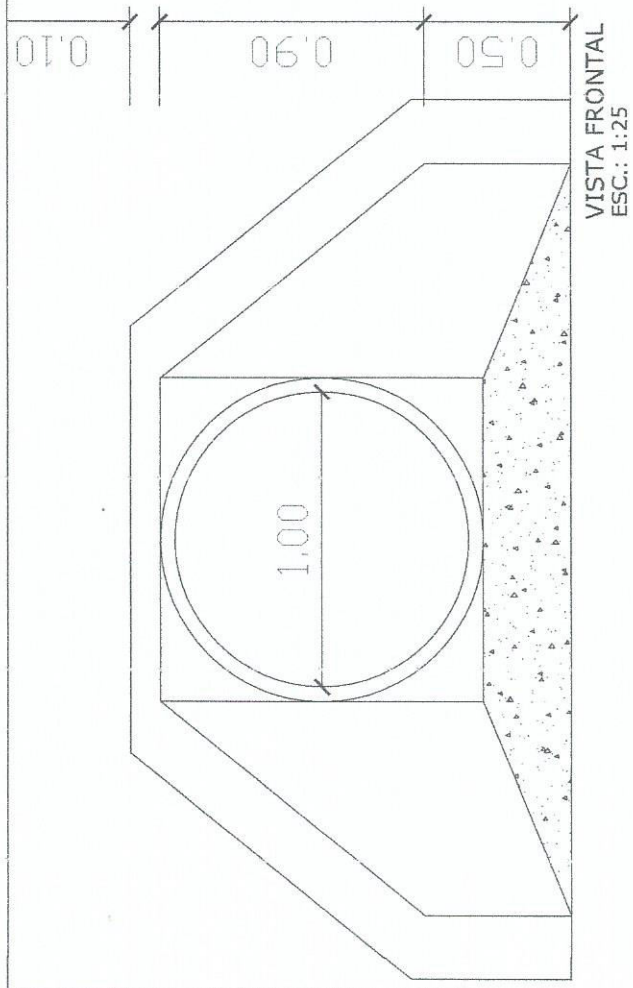
ART/RRT: TO20230453915

Assinado de forma digital por DANILO
RODRIGUES ANDRADE:02055834150
Dados: 2023.10.19 16:45:51 -03'00'



PLANTA BAIXA
ESC.: 1:50

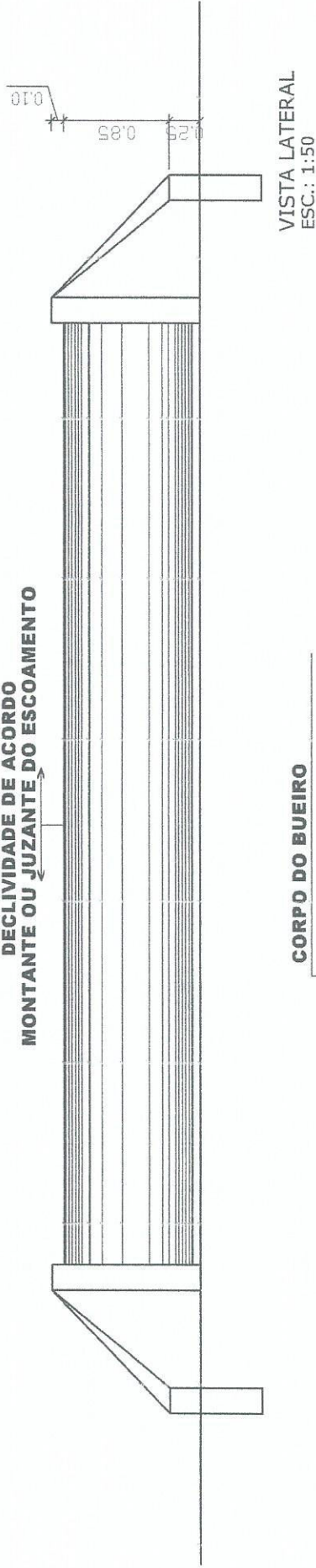
<p>EMPRESA fmms FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 150.114/D TO Fone: (63) 3214-1971 (63) 9456-2001 (63) 9263-6834 E-mail: fernandesuarte@fms.com.br fernandesuarte@fms.com.br</p>	<p>PROJETO BUEIRO TUBULAR DE CONCRETO</p>	<p>OBRAS: PAVIMENTAÇÃO EM ESTRADA VICINAL E OBRAS DE ARTE PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS - TO ENDEREÇO: ZONA RURAL - TUPIRATINS - TO</p>
<p>FOLHA 1/5</p>	<p>PROPRIETÁRIO ASS.:  PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS - TO</p>	<p>RESPONSÁVEL TÉCNICO ASS.:  FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 150.114/D TO</p>



BUEIRO SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO	BUEIRO DUPLO TUBULAR DE CONCRETO
L1 = 10m L2 = 10m LB = 1,10m	L1 = 15m L2 = 15m LB = 2,50m
HA = 1,50m HB = 1,20m	HA = 1,50m HB = 1,20m

EMPRESA  FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 150.114/D TO Fone: (63) 3214-1971 (63) 8456-2001 (63) 9263-4634 E-mail: fernandosuarte@yahoo.com.br fernandosuarte@hctm.com.br		FOLHA <div style="font-size: 2em; font-weight: bold;">2/5</div>		PROPRIETÁRIO  PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS - TO		RESPONSÁVEL TÉCNICO ASS.:  FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 150.114/D TO	
PROJETO BUEIRO TUBULAR DE CONCRETO				OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM ESTRADA VICINAL E OBRAS DE ARTE PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS - TO ENDEREÇO: ZONA RURAL - TUPIRATINS - TO			

DECLIVIDADE DE ACORDO
MONTANTE OU JUZANTE DO ESCOAMENTO



CORPO DO BUEIRO

ATERRO COMPACTADO
(compactação em camada de 20cm)

REVESTIMENTO PRIMÁRIO

CAMADA VEGETAL

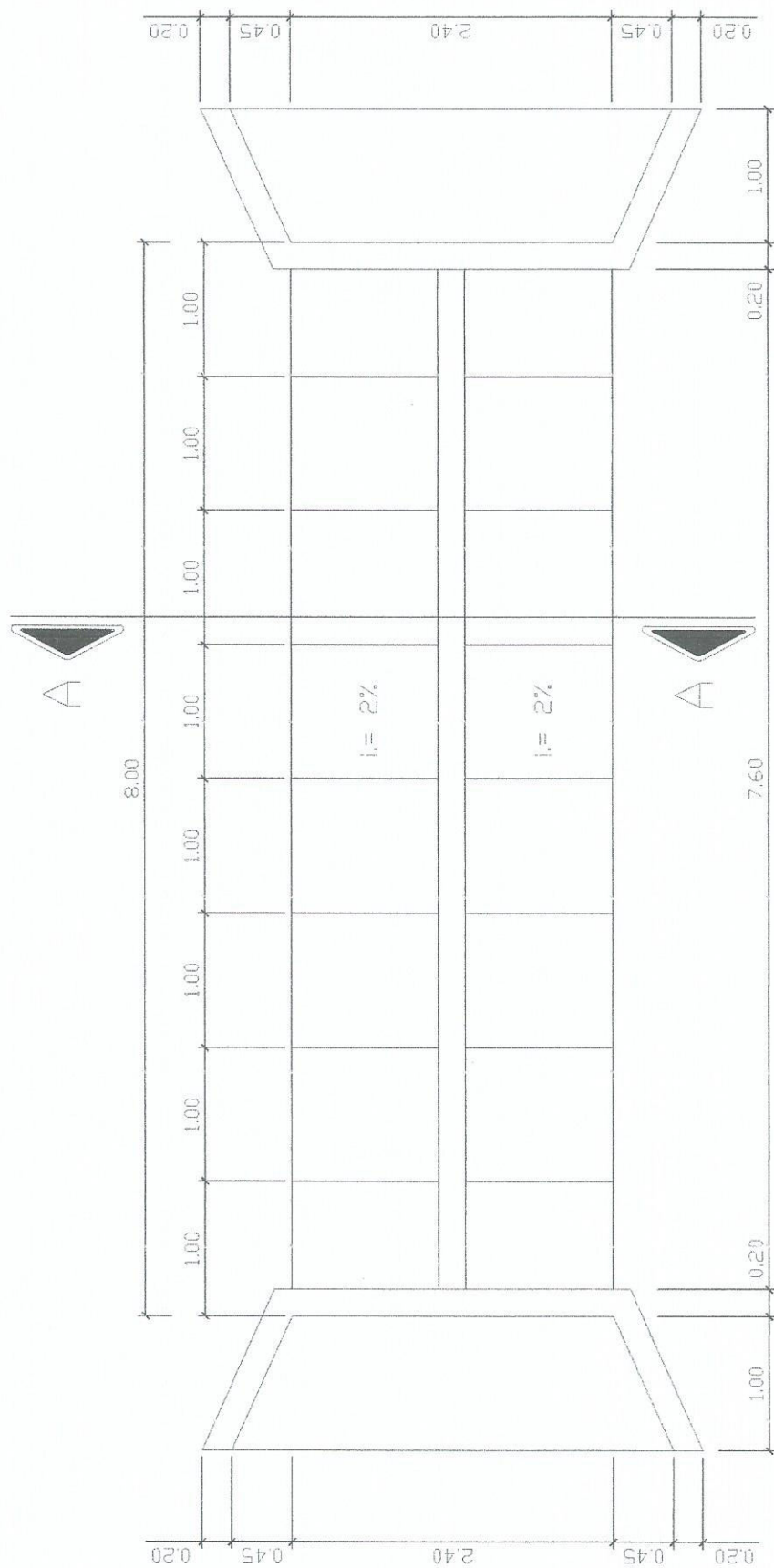
BOCA DO BUEIRO

CAMADA VEGETAL

BOCA DO BUEIRO




PERFIL DA PAVIMENTAÇÃO NO BUEIRO
ESC.: 1:50

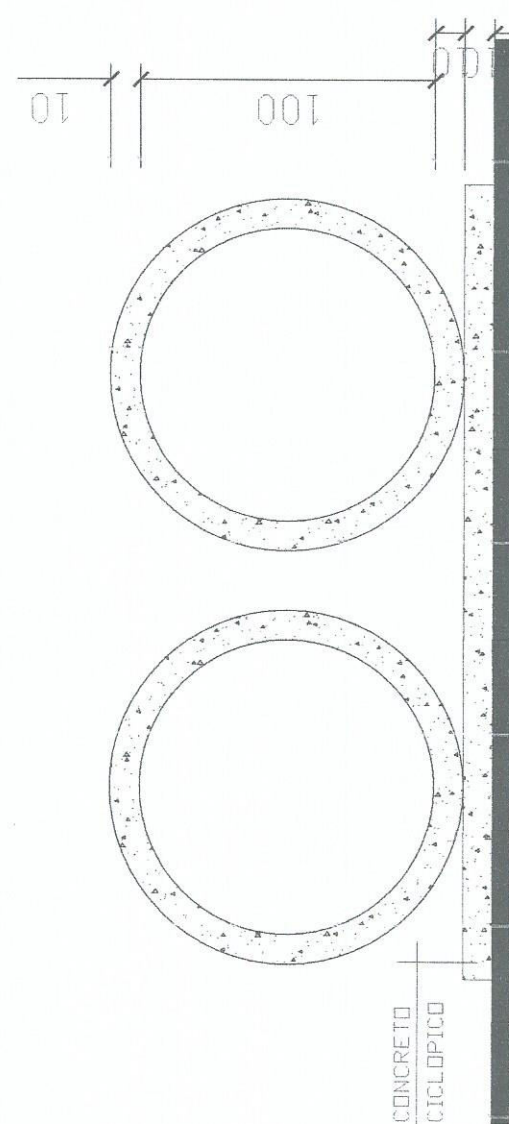
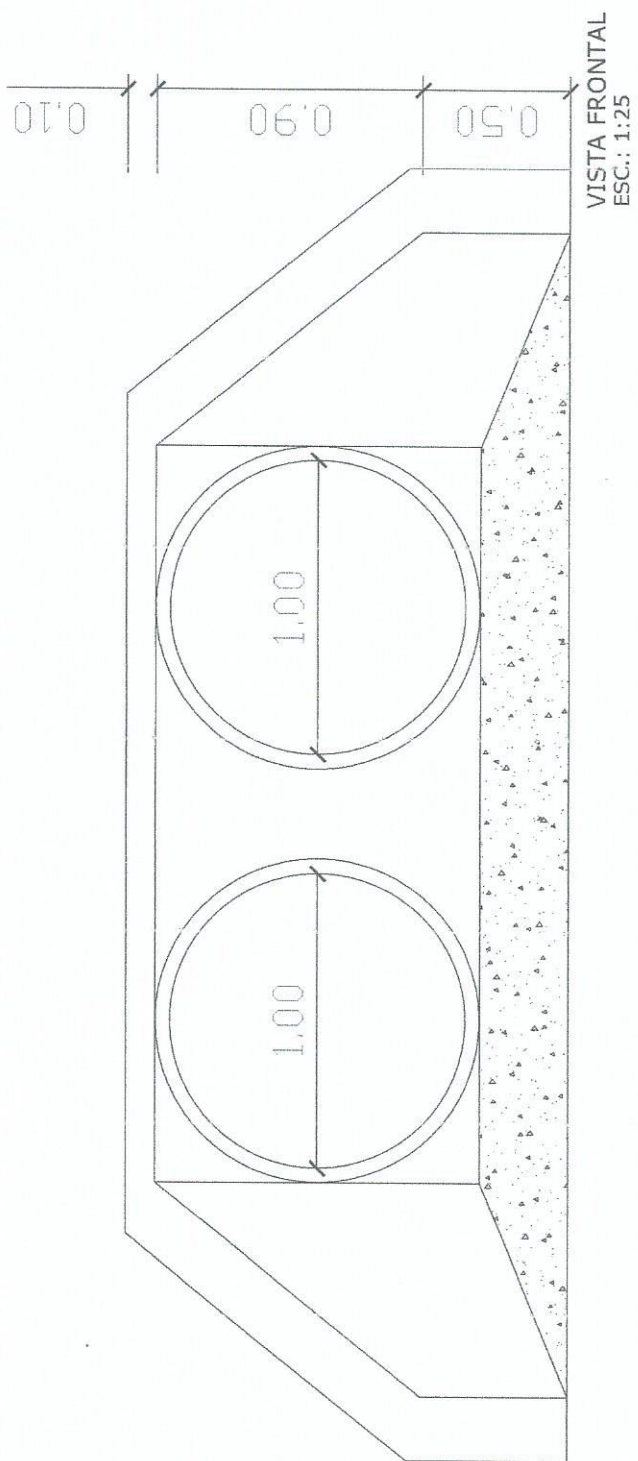
<p>EMPRESA fms FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 150.114/D TO Fone: (63) 3214-1971 (63) 8456-3001 (63) 9263-6834 E-mail: fmsengenhariaarquitetura@hotmail.com fernandosuarte@yahoo.com.br</p>	FOLHA	PROPRIETÁRIO	RESPONSÁVEL TÉCNICO
<p>PROJETO BUEIRO TUBULAR DE CONCRETO</p>	3/5	<p>ASS.: <i>[Signature]</i> PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS - TO</p>	<p>ASS.: <i>[Signature]</i> FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 150.114/D TO</p>
<p>OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM ESTRADA VICINAL E OBRAS DE ARTE PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS - TO ENDEREÇO: ZONA RURAL - TUPIRATINS - TO</p>			



PLANTA BAIXA

ESC.: 1:50

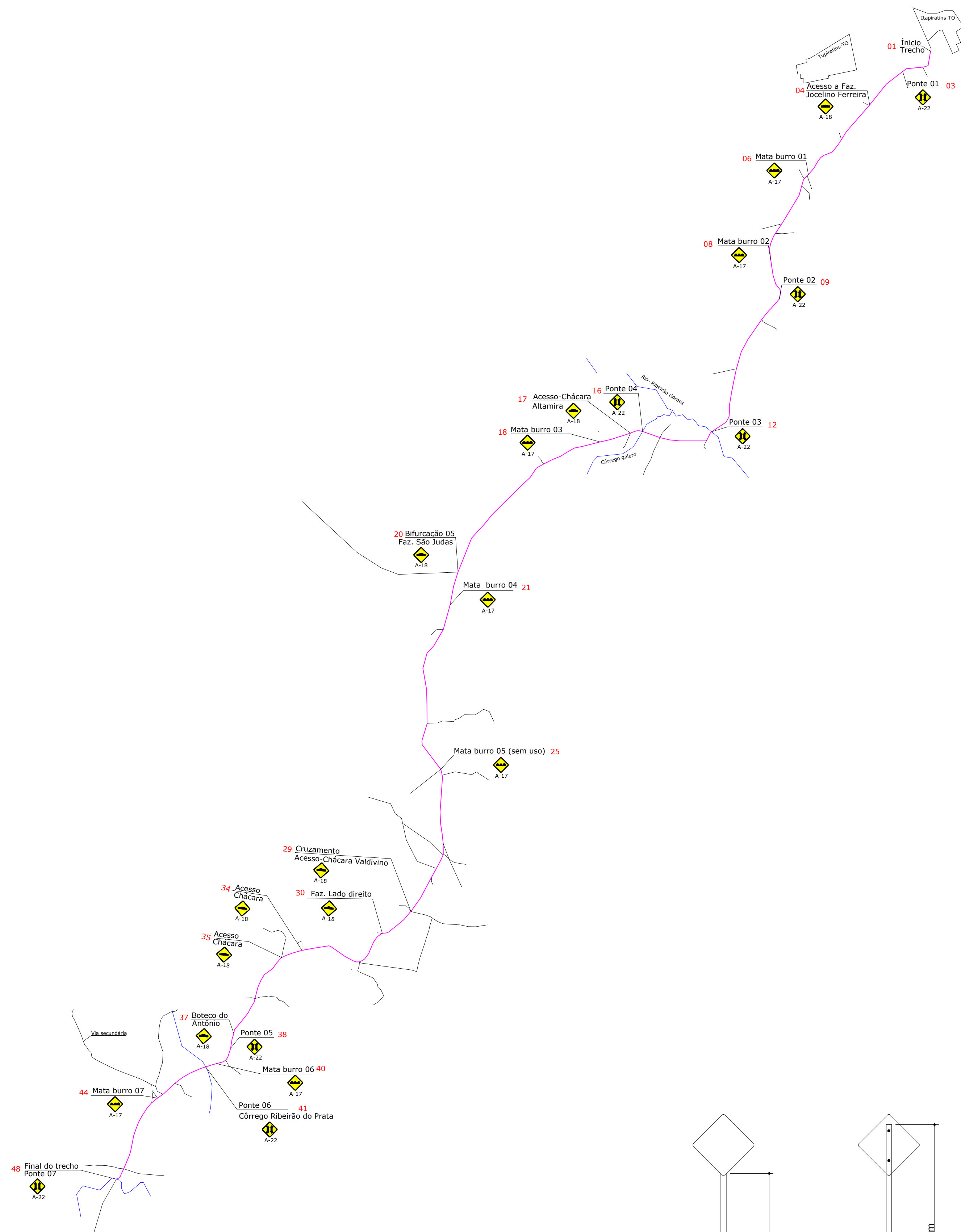
<p>EMPRESA CFMS FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 156.114/D TO CPF: 030.456.789-01 - INSC. ESTADUAL: 123456789 E-mail: fernandosuarte@yahoo.com.br fernandosuarte@cfms.com.br</p>	<p>FOLHA 4/5</p>	<p>PROPRIETÁRIO</p>	<p>RESPONSÁVEL TÉCNICO</p>
<p>PROJETO BUEIRO TUBULAR DE CONCRETO OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM ESTRADA VICINAL E OBRAS DE ARTE PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS - TO ENDEREÇO: ZONA RURAL - TUPIRATINS - TO</p>	<p>ASS.:  FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 156.114/D TO</p>	<p>ASS.:  FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 156.114/D TO</p>	<p>ASS.:  FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 156.114/D TO</p>



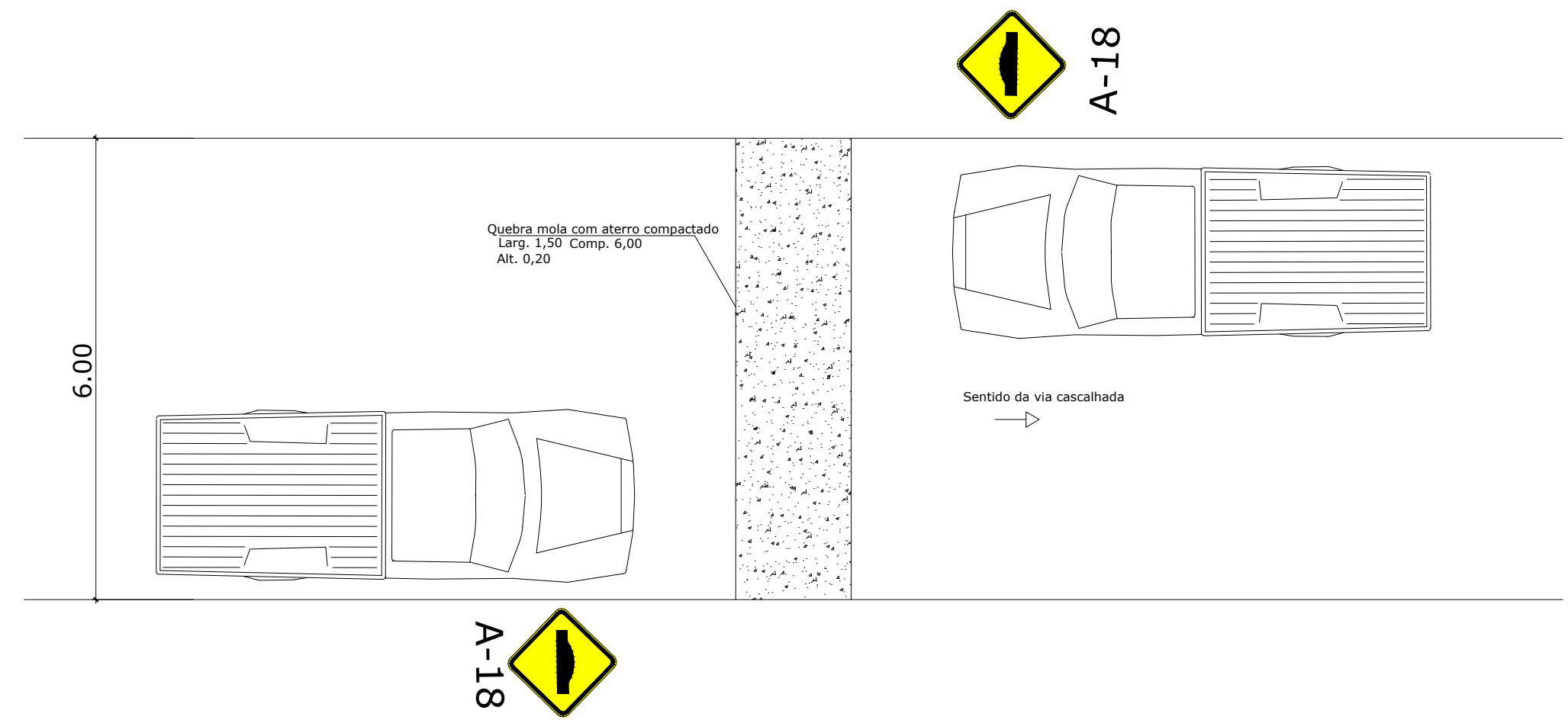
EMPRESA  FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 150.114/D TO Fone: (63) 3214-1971 (63) 8455-2001 (63) 9263-6634 E-mail: fmsengenhariaearquitectura@hotmail.com fernandosuarte@yahoo.com.br		FOLHA <div style="font-size: 2em; font-weight: bold;">5/5</div>		PROPRIETÁRIO  PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS - TO		RESPONSÁVEL TÉCNICO  ASS.: FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 150.114/D TO	
PROJETO BUEIRO TUBULAR DE CONCRETO				OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM ESTRADA VICINAL E OBRAS DE ARTE PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS - TO ENDEREÇO: ZONA RURAL - TUPIRATINS - TO			



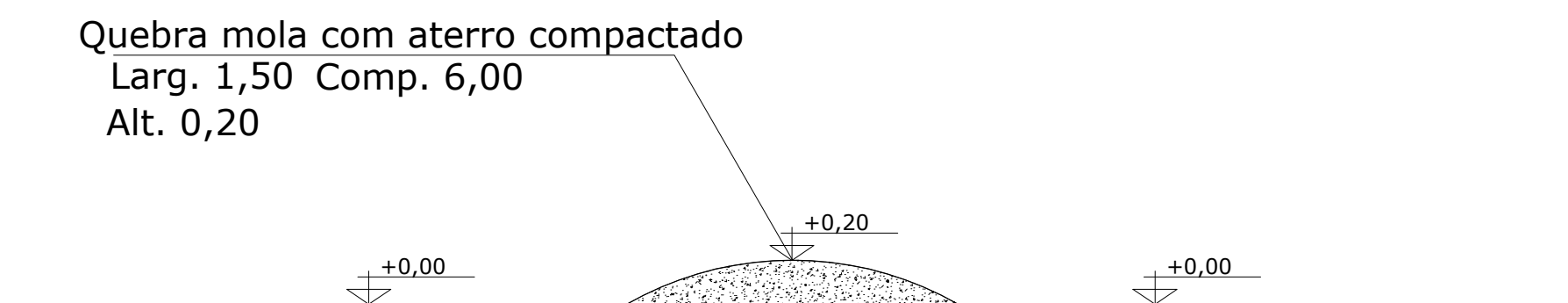
DET. PLACAS DE ADVERTÊNCIA
ESC:X:XX






PLANTA BAIXA SINALIZAÇÃO
ESC.:1:40.000



DET. LOMBADA
ESC:1:75



DET. LOMBADA
ESC:1:30


PLACAS DE ADEVERTÊNCIA			
MODELO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	DIMENSÃO
	Pista irregular	A-17	QUADRADA
	Ponte estreita	A-22	QUADRADA
	Lombada	A-18	QUADRADA

Características dos Sinais de advertência

Forma	Cor	
	Fundo	Amarela
	Símbolo	Preta
	Orla interna	Preta
	Orla externa	Amarela
	Legenda	Preta

Dimensões mínimas – Sinais de forma quadrada

Via	Lado mínimo (m)	Oria externa mínima (m)	Oria interna mínima (m)
Urbana	0,450	0,009	0,018
Rural (estrada)	0,500	0,010	0,020
Rural (rodovia)	0,600	0,012	0,024
Áreas protegidas por legislação especial(1)	0,300	0,006	0,012

PREFEITURA		OUTROS	
<div><div>EMPRESA</div><div><div></div><div><div>FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR</div><div>Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista - CREA 150.114/D TO Fone: (63) 3214-1971 (63) 8456-3001 (63) 9263-6834 E-mail: fmsengenhararquiteturaurb@hotmail.com fernandosuarte@yahoo.com.br</div></div></div></div>			
PROJETO		FOLHA	
		1/1	
OBRA: ADEQUAÇÃO DA ESTRADA VICINAL			
PROPRIETÁRIO: TUPIRATINS-TO			
ENDEREÇO: PRÓXIMO A CIDADE DE TUPIRATINS ATÉ O RIO ÁGUA FRIA			
ÁREAS		PROPRIETÁRIO	
VER PRANCHA 01		ASS. : PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRATINS-TO	
		AUTOR DO PROJETO	
		ASS. : FERNANDO MORENO SUARTE JÚNIOR Engenheiro Civil - CREA 150.114/D TO Arquiteto e Urbanista - CAU A155918-4	
		RESP. TÉCNICO	
		ASS. :	
ESCALA: INDICADAS	DATA: OUTUBRO/2019	ARQUIVO: 001	DESENHO: Affonso Lucas
CONTEÚDO: PLANTA BAIXA E DETALHAMENTO			